



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE ESTUDOS DO XINGU – IEX
LICENCIATURA EM LETRAS PORTUGUÊS

ERILSON GONÇALVES DE MELO

LETRAMENTO LITERÁRIO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E
ADULTOS: DESAFIOS E CONQUISTAS NO PROCESSO DE FORMAÇÃO DE
LEITORES EM SÃO FÉLIX DO XINGU

São Félix do Xingu-PA

2021

ERILSON GONÇALVES DE MELO

**LETRAMENTO LITERÁRIO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS:
DESAFIOS E CONQUISTAS NO PROCESSO DE FORMAÇÃO DE LEITORES
EM SÃO FÉLIX DO XINGU**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso Licenciatura em Letras da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Campus de São Félix do Xingu – Pará, como exigência para a obtenção do diploma de Licenciatura Plena em Letras-Língua Portuguesa.

Orientador: Professor Jorge Henrique da Silva Romero

São Félix do Xingu-PA

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Biblioteca Setorial do Instituto de Estudos do Xingu

M528l Melo, Erielson Gonçalves de
Letramento Literário na EJA: desafios e conquistas no processo de formação de leitores em São Félix do Xingu / Erielson Gonçalves de Melo. — 2021.

Orientador(a): Jorge Henrique da Silva Romero
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Campus Universitário de São Félix do Xingu, Instituto de Estudos do Xingu, Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa, São Félix do Xingu, 2021.

1. Leitura (Educação de adultos) 2. Educação de jovens e adultos - São Félix do Xingu (PA). 3. Letramento. I. Romero, Jorge Henrique da Silva, orient. II. Título.

CDD: 22. ed.: 374.98115

Elaborado por Renata Matos de Souza – CRB-2/1.586

ERILSON GONÇALVES DE MELO

**LETRAMENTO LITERÁRIO NA EJA: DESAFIOS E CONQUISTAS
NO PROCESSO DE FORMAÇÃO DE LEITORES EM SÃO FÉLIX DO XINGU**

Aprovado em ___/___/_____

BANCA EXAMINADORA

Professora: Dr. Jorge Henrique da Silva Romero (Unifesspa – Orientador)

Professora: Dr^a. Mirian Cristina dos Santos

Professora: Dr^a. Luciana de Barros Ataíde

São Félix do Xingu-PA

2021

Dedico este trabalho a minha esposa, pais, sogro e sogra, pelo apoio incondicional em todos os momentos durante este curso. Aos professores da UNIFESSPA, por estarem sempre à disposição. A meu orientador, professor Jorge Henrique da Silva Romero por ter contribuído de forma relevante para o desenvolvimento deste Trabalho de Conclusão do Curso.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me dar vida e proteção, mantendo-me sempre mesmo em meio a tantos momentos difíceis no trascripto deste curso.

A meu pai, que embora já falecido, mas enquanto vivo sempre me apoiou em todos os momentos, minha mãe que têm sido uma fonte de inspiração para eu prosseguir lutando por meus ideais. E a todos os familiares, que me incentivaram a persistir e buscar conhecimento.

Aos professores que participaram da banca examinadora: Dr. Jorge Henrique da Silva Romero, Dr^a Mírian Cristina dos Santos e Dr^a Luciana de Barros Ataíde.

Aos funcionários da UNIFESSPA, os quais convivi durante o curso de Licenciatura em Letras- Língua Portuguesa.

A todos os meus colegas de curso, que contribuíram de forma direta e indireta para a consecussão deste curso.

*A educação exige os maiores cuidados,
porque influi sobre toda a vida.*

Sêneca

RESUMO

A presente pesquisa analisa a atual situação educacional da Educação de Jovens e Adultos em São Félix do Xingu. Quais os atuais desafios da EJA? Para responder essa questão, tem-se como objetivo Geral: Analisar a realidade educacional da EJA em São Félix do Xingu. O estudo foi desenvolvido a partir de pesquisa bibliográfica. Utilizou-se a abordagem qualitativa por meio de revisões bibliográficas recorrendo aos conhecimentos de Freire (1987-1992-1996-2000), Magda Soares (2003-2004-2006), Cosson (2009 -2014), além de documentos oficiais como a LDBEN- Lei 9.394/ 96. O resultado da pesquisa mostra que, apesar de existir uma preocupação desde o início do século XX, com a erradicação do analfabetismo no país, ainda existe uma grande parcela da população brasileira não alfabetizada, e conseqüentemente acabam excluídas socialmente. A educação de jovens e adultos encontra-se diante de antigos e novos desafios para melhorar a sua qualidade como um todo; entre esses desafios está a formação de professores e a criação de políticas públicas específicas que atendam essa modalidade de ensino, visto que, a EJA, enquanto modalidade educacional atende alunos-trabalhadores e deve ter por finalidade o compromisso com a formação humana e o acesso à cultura geral, nesse sentido passa a propiciar ao educando o desenvolvimento da sua autonomia intelectual e moral.

Palavras-chave: Letramento, Leitura Literária, Educação de Jovens e Adultos

ABSTRACT

This research analyzes the current educational situation of Youth and Adult Education in São Félix do Xingu. What are EJA's current challenges? To answer this question, the General objective is: Analyze the educational reality of EJA in São Félix do Xingu. The study was developed from bibliographical research. A qualitative approach was used through bibliographic reviews using the knowledge of Freire (1987-1992-1996-2000), Magda Soares (2003-2004-2006), Cosson (2009 -2014), as well as official documents such as LDBEN - Law 9,394/96. The research result shows that, despite the concern since the beginning of the 20th century, with the eradication of illiteracy in the country, there is still a large portion of the Brazilian population that is illiterate, and consequently they end up socially excluded. Youth and adult education is facing old and new challenges to improve its quality as a whole; among these challenges is the training of teachers and the creation of specific public policies that meet this type of teaching, since EJA, as an educational modality serves student-workers and must aim at the commitment to human training and access to general culture, in this sense, it provides the student with the development of his intellectual and moral autonomy.

Keywords: Literacy, Literary Reading, Youth and Adult Education

LISTA DE SIGLAS

MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
ONU	Organização das Nações Unidas
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PAS	Programa Alfabetização Solidária
PNLA	Programa Nacional de Livro Didático para Alfabetização de Jovens e Adultos
SECAD	Secretaria e Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
CNA	Comissão Nacional de Alfabetização
CNAEJA	Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ENEJA	Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEP	Instituto Nacional de estudos e Pesquisas
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação e Cultura
SEEA	Secretaria Extraordinária de Erradicação ao Analfabetismo
UFPA	Universidade Federal do Pará

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1 – BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL.....	15
1.1.O Surgimento da EJA no Brasil.....	15
1.2.O perfil discente da EJA.....	22
1.3.O perfil docente da EJA.....	25
1.4.Paulo Freire e a EJA.....	27
1.5.A Educação no Município de São Félix do Xingu.....	29
1.6.A Escola Dom Eurico Krautler.....	31
1.7.A EJA na Escola Municipal Dom Eurico Krautler.....	33
2.UM LONGO PERCURSO: O LETRAMENTO LITERÁRIO E A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.....	35
2.1- Leitura Literária na EJA.....	39
3.LIVRO DIDÁTICO E O ENSINO DE LITERATURA.....	41
3.1. Letramento, Livro Didático e práticas docentes.....	42
3.2. A Coleção EJA Moderna.....	44
4.CONCLUSÃO.....	53
REFERÊNCIAS.....	55
ANEXOS.....	59

INTRODUÇÃO

Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os
homens educam-se entre si, mediatizados pelo mundo.
Paulo Freire

A Educação Escolar é um bem indispensável para o desenvolvimento do indivíduo, não somente no que diz respeito ao mercado de trabalho, sobretudo para seu desenvolvimento e atuação na sociedade.

A história da Educação no Brasil é também uma história de exclusão, pois somente as classes privilegiadas tiveram direito a ela. Isso fez com que um número reduzido de pessoas tivesse acesso ao mundo do saber, enquanto uma grande parcela da população vivia marginalizada e excluída. Esta problemática perdura até os dias atuais. Mas como forma de tentar sanar tamanho abismo, diversas políticas educacionais foram criadas. A EJA (Educação de Jovens e Adultos) é um direito assegurado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), garantindo o acesso à educação aos que não tiveram a possibilidade de estudar na idade própria. Segundo a LDBEN o poder público deve estimular o acesso e a permanência do jovem e do adulto na escola.

Existem diversos fatores de ordem pessoal e social que muitas vezes não possibilitam a alfabetização e a escolarização no período adequado e no decorrer dos anos os indivíduos sentem a necessidade de inserir-se nesse processo e procuram a EJA (Educação de Jovens e Adultos) oferecida por escolas públicas e por projetos comunitários de alfabetização. O caminho daqueles que decidem ingressar ou retomar o papel de aluno e transformar-se em cidadão letrado, crítico e participativo na sociedade, é bastante árduo, pois exige destas pessoas muita força de vontade e determinação.

Geralmente, é depois da adolescência que o indivíduo reconhece que necessita do conhecimento escolar e passa a buscá-lo. As causas de não ter se alfabetizado na infância podem ser várias, como o fato de ter que trabalhar para sobreviver, não ter acesso a escola no local onde mora e até mesmo a evasão escolar, por isso é comum ainda haver escolas que alfabetizam jovens e adultos.

É muito gratificante para uma pessoa leiga aprender a ler e escrever. Consciente da necessidade e importância de tal ato para a sua vida, um mundo novo se abre para ela. Alfabetizar tais pessoas é proporcionar para elas grandes mudanças, uma

nova visão de mundo, a chance de ter uma vida melhor, com mais oportunidades e possibilidades de intervir socialmente.

Um número considerável desses alunos chega às salas da Educação de Jovens e Adultos com vontade de estudar, com o passar do tempo iniciam um processo de desânimo em relação à sua escolarização, o que o leva a abandonar o curso. Portanto a pergunta que norteia esta Pesquisa é: Como os estudantes da EJA de São Félix do Xingu-PA, podem desenvolver um processo de formação de leitura, sem possibilidades de acesso adequado?

Para os futuros educadores é fundamental saber como acontece e vem acontecendo o processo de alfabetização nestas fases da vida. É nítido que com os jovens e adultos a alfabetização não acontece da mesma forma como na infância, os adultos precisam ser incentivados para que tenham motivação e não deixem que os problemas rotineiros os afastem da escola. O professor precisa conhecer as metodologias atuais e as que foram aplicadas e tiveram êxito para melhor atender ao seu aluno que independente de ser criança ou adulto também necessita de formação crítica e social.

No entanto, as condições de trabalho, orientação qualificada, disponibilidade e adequação de recursos (espaço, tempo, materiais didáticos), são fatores que interferem no processo de ensino e aprendizagem. Os professores podem ser considerados os principais agentes na viabilização das mudanças pretendidas nessa modalidade de ensino. Assim, a formação, inicial ou continuada, desses profissionais constitui tema relevante a demandar novos estudos e pesquisas.

A pesquisa foi desenvolvida na Escola de Ensino Fundamental Dom Eurico Krautler da rede municipal de São Félix do Xingu-PA, localizada na Rua Tucumã s/nº, Bairro Alecrim, fundada em 11/09/1984. É uma escola de grande porte, atende dois níveis de modalidades: Ensino Fundamental e EJA (Educação de Jovens e Adultos), a qual funcionam 12 salas de aulas nos turnos matutino, vespertino e 06 salas de aula no turno noturno.

A monografia está dividida em três capítulos. O primeiro capítulo procura contextualizar a Educação de Jovens e Adultos. Para maior compreensão dos processos históricos e sociais, tornou-se necessário conhecermos os estudos realizados por autores como Paulo Freire, que dedicou a sua vida à educação popular, sendo referência fundamental para a EJA. Além disso. O segundo capítulo trabalha o conceito de

Letramento Literário, com contribuições da autora Magda Soares. O terceiro capítulo analisa os dados obtidos, buscando compreender a realidade do município de São Félix do Xingu-PA, em relação ao tema proposto. Lembrando que esta pesquisa foi bibliográfica, devido ao momento de pandemia que estamos enfrentando. As conclusões apresentam os pontos positivos e negativos, as conquistas e os desafios desta modalidade de ensino no município de São Félix do Xingu.

1 - BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL

1.1 O surgimento da EJA no Brasil

A história da Educação de Jovens e Adultos no Brasil, conforme assinalada por muitos estudiosos e estudiosas, como é o caso de Neiva (2010), é uma história marcada sobremaneira por políticas públicas de caráter estritamente compensatório. Tais políticas procuram, portanto, compensar a falta de escolarização, mas não procuram compreender os mecanismos sociais que excluíram esses indivíduos do ambiente escolar. Os resultados dessas políticas públicas também são constantemente criticados:

Esses programas e campanhas atravessam as décadas sem, no entanto, conseguir resultados realmente significativos no que tange aos níveis de letramento dessas pessoas (...) Essas políticas tentaram atingir os jovens e adultos que foram excluídos da escola, que não tiveram acesso a ela ou, ainda, os que tiveram acesso, mas não conseguiram nela permanecer.” (JORGE, 2009, p.36)

Apesar dos percalços para estabelecer políticas públicas que procurem atender as diversas demandas, Rivero destaca a diversidade do público atendido pela EJA, diversidade essa que aponta para um processo de exclusão que atinge camadas distintas da sociedade brasileira:

as experiências de EJA, que ocorrem por meio de iniciativas governamentais e não governamentais, visam a atender a um público diversificado, com características singulares, composto por camponeses, indígenas, operários, trabalhadores informais, docentes e agentes sociais, pais e mães de família, empresários, pessoas da terceira idade, associados de grêmios e militantes partidários. (RIVERO *apud* Neiva, 2010, p. 16).

A EJA é, portanto, a modalidade de ensino que tem como foco atender a um público diferenciado, que não conseguiu concluir as etapas de estudo de acordo com o sistema regular e com o passar dos anos sente a necessidade de estudar, seja para o intuito de qualificação profissional, seja para seguir os sonhos que foram desviados por vários fatores e razões. A EJA é uma modalidade que não somente revela quem são aqueles não escolarizados, mas revela também que a desigualdade no acesso à educação é um dos fatores determinantes para a desigualdade social no Brasil e o processo de

inferiorização de sujeitos históricos e sociais que muitas vezes internalizam esses mecanismos e imaginários sociais.¹

Historicamente, a educação de jovens e adultos existe desde a chegada dos jesuitas, durante o período de colonização. E no Brasil Império: “a primeira Constituição Brasileira (1824) previa a instrução primária e gratuita para todos os cidadãos, no entanto, essa lei não se cumpriu, pois o Estado não disponibilizava de recursos para tal, viabilizando-os para a educação de caráter elitista, apenas” (NEIVA, 2010, p.21)

Neiva aponta ainda o dado do Censo Demográfico do ano de 1920 que revelava que 72% da população brasileira era constituída por indivíduos analfabetos, o que implica também num processo de marginalização e exclusão social que predomina ainda hoje em nossa sociedade. Os anos subsequentes tentaram lidar com tal quadro alarmante:

Nos anos de 1930, no Período Vargas, o governo federal reafirma a educação como direito de todos e dever do Estado, inclusive aos que não tiveram acesso a ela em idade adequada. Surgiram incentivos do governo federal para projetos de educação das camadas populares, porém as dificuldades enfrentadas tornam essa modalidade de ensino um problema nacional. Em 1942, há a integração da Fundação Nacional do Ensino Primário, que inclui a EJA ao Programa do INEP (Instituto Nacional de estudos Pedagógicos) e, em 1945, 25% dos recursos destinados à educação passam a ser encaminhados à EJA (FELIX, 2009). Dois anos depois, cria-se a SEA (Serviço de Educação de Adultos), responsável por “produzir e distribuir materiais, integrar serviços, mobilizar a sociedade e garantir infraestrutura para essa modalidade educacional” (FELIX, 2009). Ao implementar esses projetos, segundo Lajolo e Zilberman (1996), o governo deparou-se com vários obstáculos, desde a não aceitação dos métodos alfabetizadores até a constatação da total miséria econômica em que vivia grande parte da população brasileira (NEIVA, 2010, p. 21).

Neiva (2010) afirma ainda que a educação de jovens e adultos passa a ser vista como condição necessária para que o Brasil se tornasse uma nação desenvolvida. Devido às ações promovidas entre 1940 e 1950, no ano de 1960 o Censo aponta a queda de 72% para 46,7% de analfabetos. Comparado aos demais países da América Latina, o índice ainda é considerado elevado e preocupante.

¹ No questionário realizado com uma docente da EJA, no município de São Félix do Xingu, ao ser perguntada sobre os desafios enfrentados por estudantes ao retornar os estudos, ela afirma que de todos o mais perceptível é: “De ordem emocional, percebo que é superar o medo para livrar-se da sensação de que não conseguem aprender; de ordem cognitiva, é a falta de pré-requisito para aprender o conteúdo da vez. Nos dois casos, é histórico de vida social que o tirou da escola no tempo certo para “sobreviver” que faz com que essas pessoas passem a ter mais limitações do que de fato têm no processo de desenvolvimento acadêmico”. Consultar anexo.

Seguindo o histórico elaborado pela autora, em 1958 acontece um evento importante para discutir os rumos da educação de Jovens e adultos, trata-se do II Congresso Nacional da Educação de Adultos. Uma das contribuições do Congresso foi apontar

a necessidade de redefinir os parâmetros da EJA, repensar as práticas pedagógicas e a visão que se tinha dos sujeitos jovens e adultos analfabetos, até então considerados sem conhecimento e comparados à crianças. O Congresso é considerado um marco, pois promove uma ampla reflexão sobre a relação entre o campo educacional e a sociedade brasileira. Era necessário não apenas alfabetizar, mas preparar os jovens e adultos para exercerem seus direitos, posicionarem-se criticamente frente à realidade social (NEIVA, 2010, p. 22).

É nesse contexto que diversas iniciativas e projetos ocupariam um importante espaço e debateriam os rumos da Educação de Jovens e Adultos no Brasil. Até o golpe civil e militar de 1964, diversos movimentos foram criados e as perspectivas pareciam animadoras e emancipatórias. Foi entre o final do governo Vargas e a instalação da ditadura militar que surgiram iniciativas de cunho popular como os Centros Populares de Cultura, Movimento de Cultura Popular de Recife, que contou com a participação de Paulo Freire, e, além desses movimentos, destacamos o Programa Nacional de Alfabetização. (NEIVA, 2010)

No entanto, o golpe civil e militar instaurou não somente um regime político ditatorial, mas ao desarticular os movimentos e centros populares que propuseram novas práticas educacionais fundamentadas em visões pedagógicas com viés democrático, cidadão e emancipador, houve também um retrocesso educacional e adoção de políticas com concepções retrogradadas: O regime autoritário instalado abruptamente, na tentativa de manutenção e controle da “ordem”: “reprime os movimentos de educação e cultura popular, cuja natureza política de suas ações contrariava os interesses impostos pelo golpe. Alguns desses movimentos continuaram existindo, mas de forma dispersa e clandestina” (NEIVA, 2010, p. 22).

Foi nesse contexto que o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) foi criado e implementado entre os anos de 1967 e 1985. Marcado por uma visão redutora em consonância ideológica com o regime político, o MOBRAL procurou capacitar mão de obra por meio do desenvolvimento de um Programa de Alfabetização Funcional (PAF). No documento oficial, temos os seguintes objetivos elencados:

A Alfabetização Funcional, que é o primeiro passo para que se atinjam os objetivos do MOBRAL, procura levar a pessoa humana:

- à aquisição de um vocabulário que permita um aumento de conhecimentos, à compreensão de orientações e ordens transmitidas por escrito e oralmente, à expressão clara de ideias e à comunicação escrita ou oral;
- ao desenvolvimento do raciocínio;
- à criação de hábitos de trabalho
- ao desenvolvimento da criatividade, visando entre outros, ao aproveitamento de todos os recursos disponíveis a fim de melhorar as condições de vida;
- ao conhecimento de seus direitos e deveres;
- ao empenho na conservação da saúde, na melhoria das condições de higiene pessoal, da família e da comunidade;
- à compreensão da responsabilidade de cada um na manutenção e melhoria das condições de limpeza e dos bens e serviços públicos da comunidade;
- à descoberta das formas de vida e bem-estar social dos grupos que participam do Desenvolvimento, à motivação para ser construtor e beneficiário desse desenvolvimento. (MOBRAL, 1975, p. 41)

Os objetivos apresentados demonstram o compromisso com uma educação voltada aos interesses econômicos do mercado (criação de hábitos de trabalho) e aos interesses políticos do regime militar (“motivação para ser construtor e beneficiário desse desenvolvimento”). Esse modelo responde diretamente às tentativas de construção de uma educação popular, cidadã e emancipatória, legitimando os instrumentos de controle social :

Reconhecendo a educação das massas como um importante mecanismo de construção da consciência coletiva e individual, o governo utilizou o MOBRAL como instrumento para a manutenção do poder político; para a legitimação das estruturas de dominação econômico-sociais vigentes; para a suavização das tensões sociais, e até mesmo a ocultação das relações conflitantes existentes. Enquanto legitimava o governo militar afastava a educação popular, pública e libertadora tendo em vista cooptar as populações excluídas e as classes trabalhadoras para a neutralidade política e participativa (PRADO, 2019, p. 828-829)

Além do MOBRAL, surgem também neste período os centros e exames supletivos. Em 1971 é sancionada a Lei n.º 5692 que estabelece as diretrizes para o Ensino Supletivo. Segundo Haddad e Di Pierro (2000), tal proposta estava fundamentada em três princípios expressos nos documentos oficiais:

O primeiro foi a definição do Ensino Supletivo como um subsistema integrado, independente do Ensino Regular, porém com este intimamente relacionado, compondo o Sistema Nacional de Educação e Cultura. O segundo princípio foi o de colocar o Ensino Supletivo, assim como toda a reforma educacional do regime militar, voltado para o esforço do desenvolvimento nacional, seja “integrando pela alfabetização a mão de obra marginalizada”, seja formando a força de trabalho. A terceira “ideia-força” foi a de que o Ensino Supletivo deveria ter uma doutrina e uma metodologia

apropriadas aos “grandes números característicos desta linha de escolarização”. Neste sentido, se contrapôs de maneira radical às experiências dos movimentos de cultura popular, que centraram suas características e metodologia sobre o grupo social definido por sua condição de classe. (HADDAD; DI PIERRO, 2000, p. 117)

Tanto o MOBREAL quanto o Ensino Supletivo pressupõe um modelo de educação que esteja plenamente adequado aos princípios econômicos do desenvolvimento, com formação de mão de obra escolarizada e que também seja a expressão dos princípios políticos condicionados a um regime autoritário que reduziu o horizonte da educação como possibilidade de conscientização e formação da cidadania, negando, portanto, toda a rica contribuição que os movimentos de educação popular tinham proposto em termos teóricos e metodológicos.

Expoente teórico desses movimentos populares, o educador Paulo Freire realizou uma experiência revolucionária de alfabetização em Angicos (RN). Em 1963, Paulo Freire alfabetizou 300 pessoas, de acordo com um método divergente daquele que até então era utilizado e que transpunha as mesmas metodologias de alfabetização de crianças para a alfabetização de jovens e adultos². Soares (2002) define com clareza quão inovadora foi a teoria de Freire nos estudos sobre a alfabetização no cenário internacional:

Na literatura internacional sobre alfabetização, só nos anos 80 surgem autores propondo concepções de alfabetização que, tal como Paulo Freire já o fizera mais de 20 anos antes, não a vêem como uma prática neutra, orientada para a aprendizagem de técnicas de ler e escrever e de comportamentos de adaptação ao meio social, mas, ao contrário, a veem como uma prática construída socialmente, que tanto pode adaptar e submeter a valores, tradições, padrões de poder e de dominação quanto pode questionar esses valores, tradições, padrões de poder e dominação, levar à sua consciência crítica e ser um meio de libertação (SOARES, 2002, p. 122).

Os ensinamentos de Paulo Freire nos levam, portanto, a questionar uma educação pautada unicamente em critérios tecnicistas e numa visão instrumentalista que reduz a educação somente a um processo de transmissão passiva de conhecimentos, desconsiderando o repertório do educando e sua participação nas teias de significações e

²“Mais do que uma experiência bem sucedida de alfabetização de adultos, Angicos formava para a cidadania ativa, pensando numa mudança radical da sociedade brasileira, transformando «massa» amorfa em «povo» participante. É isso que nos revela um trecho da fala do aluno alfabetizado Antonio Ferreira, representando a turma no encerramento do curso de alfabetização em Angicos, dirigindo-se ao Presidente da República João Goulart: «naquele momento anterior veio o Presidente Getúlio Vargas, matar a fome do pessoal, a fome da barriga que é uma fome fácil de curar. Agora, na época atual, veio o nosso Presidente João Goulart matar a precisão da cabeça que o pessoal todo tem necessidade de aprender. Temos muita necessidade das coisas que nós não sabíamos, e que hoje estou sabendo. Em outra hora nós era massa, hoje não somos massa, estamos sendo povo»” (GADOTTI, 2014, p. 56)

práticas sociais. É pois uma concepção emancipatória da educação, pressupondo o educando como sujeito ativo no processo de ensino e aprendizagem.

Com o fim da ditadura militar e a redemocratização do Brasil, houve um grande período de reformas educacionais que sofreram fortemente com a adoção de determinadas políticas econômicas. Na década de 1990, os investimentos em educação foram seriamente comprometidos por uma política neoliberal que restringiu os investimentos das áreas essenciais e que impactou decisivamente para a marginalização da Educação de Jovens e Adultos (Neiva, 2010). Muitas ações e estratégias foram decisivas para a precarização do ensino regular e da EJA. Di Pierro cita por exemplo a municipalização da Educação Básica e a Lei 9394/96:

No final da década de 1990, os municípios respondiam por um terço das matrículas da educação básica, e, em 2001, sua participação na oferta do ensino fundamental de jovens e adultos representava 49,6%. No governo Fernando Henrique Cardoso surgiu a Lei 9394/96, que integra a EJA ao ensino básico comum. A aprovação dessa lei representou, no campo da EJA, a desuniversalização dos direitos educacionais, aprofundando a sua desqualificação no âmbito legal. Isso porque modificou o artigo 208 da Constituição Federal, retirando a obrigatoriedade da educação fundamental dos que a ela não tiveram acesso na idade apropriada e mantendo apenas a garantia de sua oferta gratuita (DI PIERRO, *apud* NEIVA, 2010, p. 24).

Momento decisivo foi a homologação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB – Lei nº 9394/1996). A LDB enquadra a EJA como uma modalidade educativa integrante da Educação Básica, afirmando, ainda que a EJA é destinada: “ao universo dos trabalhadores, sendo necessárias ações integradas e complementares entre si, de modo a facilitar, para esse grupo, o acesso à educação bem como garantir sua permanência” (NEIVA 2010, p. 25).

Neiva afirma que, no entanto, ainda é possível perceber certa visão compensatória que estaria presente no artigo nº 38, ao afirmar que: “os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular”. Tal artigo, segundo a pesquisadora, não superava determinadas concepções que já estavam “intrínsecas à Lei 5.692/71, que compreendiam a educação de jovens e adultos voltada para **suprir** a aprendizagem e recuperar o tempo perdido, desconsiderando o pertencimento de classe desses alunos e sua condição de aluno trabalhador” (NEIVA, 2010, p. 25). Nesse contexto, a educação de jovens e adultos continua sendo vista de

forma quantitativa, procurando compensar, ou suprir, de forma sintética, os conhecimentos escolares fundamentais para uma formação adequada.

No plano das políticas educacionais adotadas pelos governos e sob os auspícios de instáveis políticas econômicas, podemos perceber que a Educação de Jovens e Adultos é relegada a um plano secundário, sendo aberta à iniciativa privada em consonância com uma política efervescente de privatizações que marcam o último mandato de Fernando Henrique Cardoso. De acordo com Sergio Haddad, há uma redefinição dos limites entre a esfera pública e a privada:

Na orientação neoliberal, a sociedade civil foi chamada para colaborar diretamente com a oferta dos serviços educacionais, dentro da lógica de diminuição das responsabilidades do Estado. Ganham relevância entidades de prestação de serviços, entidades filantrópicas ou de caráter assistencial e verificou-se crescente interesse de parte dos grupos empresariais e do capital em geral nos rumos e no controle das orientações e no atendimento educacional. Com o enfraquecimento do setor público em função da diminuição do corpo técnico das diversas secretarias, pessoas e entidades privadas foram chamadas a produzir materiais didáticos, treinar professores e atuar no plano das orientações pedagógicas. (HADDAD, 2009, p. 357)

A síntese acima confirma o enfraquecimento das políticas públicas para a EJA, com cortes no investimento público e o conseqüente afrouxamento das responsabilidades do Estado. Em contrapartida, houve o crescimento de iniciativas do setor privado e a mobilização desse setor para ocupar o espaço concedido.

A eleição de Luis Inácio Lula da Silva, em 2002, marcou um cenário de transformações sociais com políticas de transferência de renda e o estabelecimento de prioridades como a erradicação da fome e analfabetismo. A EJA foi elevada à área de interesse prioritário. Segundo Adriana de Almeida e Angela Corso, ocorreu no governo Lula (2003-2010) uma expansão da educação profissional. Tal expansão estava em consonância com o crescimento econômico e a promessa de pleno emprego. Neste período, foram desenvolvidas diversas iniciativas distribuídas entre distintos ministérios:

Brasil Alfabetizado, Saberes da Terra, Proeja, Escola de Fábrica, Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos, ENCEJA, Consórcio Social da Juventude, Juventude Cidadã, Plano Nacional de Qualificação, Agente Jovem, Soldado Cidadão, Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, PRONERA, PROEP (Ministério da Educação e Ministério do Trabalho), Plano Nacional de Qualificação, PNQ (MTE), Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da área de Enfermagem - PROFAE (Ministério da Saúde), Programa de Assistência e Cooperação das Forças Armadas à Sociedade Civil/Soldado Cidadão (Ministério da Defesa) (ALMEIDA; CORSO, 2015, p. 1293)

O breve histórico apresentado, em linhas gerais, procurou compreender as transformações, os encontros e desencontros existentes nas políticas públicas para a Educação de Jovens e Adultos no Brasil. A trajetória desta modalidade de ensino sofreu a descontinuidade de ações e políticas públicas. Além disso, os influxos sociais, políticos e econômicos foram determinantes para a valorização ou desvalorização da EJA. As concepções de ensino também oscilaram e ora conceberam o público da EJA de forma reducionista, como mão de obra, revelando uma concepção de educação instrumental, ora, iniciativas e práticas reconheceram seu caráter emancipatório e sua importância para a diminuição da desigualdade social e construção de uma sociedade brasileira mais democrática, solidária e cidadã.

1.2 O perfil discente da EJA

O conhecimento sobre as condições de vida do público da EJA é de fundamental importância para compreender os desafios educacionais que estão em jogo nesta modalidade de ensino. O público da EJA é constituído majoritariamente por jovens e adultos que já estão no mercado de trabalho, pertencentes às classes sociais mais pobres, geralmente de etnia negra, marginalizados, migrantes e que trabalham em subempregos ou são autônomos (Neiva, 2010). A EJA atende, portanto, um público que foi excluído e marginalizado socialmente por processos sociais e políticos arbitrários que alimentam a diferença, o elitismo e a diferenciação entre os indivíduos e classes sociais.

De acordo com o Anuário Brasileiro da Educação Básica, entre os anos de 2009 e 2019, o número de matrículas da EJA integrada à Educação Profissional passou de 24, 6 mil para 53, 4 mil, representando mais que o dobro das matrículas neste período, mas ainda distante pelo estabelecido pelo PNE. O crescimento da procura pela Educação Profissional contrasta com a queda do percentual de matrículas da modalidade no geral, que no mesmo período observado foi aproximadamente de 1,5 milhão de matrículas.³ O quadro abaixo apresenta os dados comparativos entre a EJA integrada e a não integrada à Educação Profissional:

³ TODOS PELA EDUCAÇÃO. Anuário Brasileiro da Educação Básica, 2020, São Paulo: Moderna, 2020. Disponível em: < <https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2020/10/Anuario-Brasileiro-Educacao-Basica-2020-web-outubro.pdf> >

Matrículas

Número de matrículas na EJA – Brasil – 2009 e 2019

	2009	2019
Total EJA	4.701.245	3.273.668
EJA integrada à Educação Profissional	24.616	53.392
EJA não integrada à Educação Profissional	4.676.629	3.220.276

Número de matrículas na EJA de Nível Fundamental – Brasil – 2009 e 2019

	2009	2019
Total EJA	3.148.473	1.937.583
EJA integrada à Educação Profissional	5.051	11.799
EJA não integrada à Educação Profissional	3.143.422	1.925.784

Número de matrículas na EJA de Nível Médio – Brasil – 2009 e 2019

	2009	2019
Total EJA	1.552.772	1.336.085
EJA integrada à Educação Profissional	19.565	41.593
EJA não integrada à Educação Profissional	1.533.207	1.294.492

Fonte: MEC/Inep/DEED - Microdados do Censo Escolar. Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: 1 e 2.

Porcentagem de matrículas na EJA integradas à Educação Profissional Brasil 2009-2019

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Total	0,5	1,2	1,6	2,8	2,8	2,8	3,0	2,8	1,5	1,3	1,6
Nível Fundamental	0,2	0,5	0,9	2,8	2,6	0,5	3,1	2,9	0,5	0,3	0,6
Nível Médio	1,2	2,7	3,1	2,7	3,1	3,3	3,0	2,5	3,0	2,9	3,1

Fonte: MEC/Inep/DEED - Microdados do Censo Escolar. Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: 1 e 2.

Fonte: TODOS PELA EDUCAÇÃO

Dos dados apresentados, percebemos que a maior queda é representada pela quantidade de matrículas no Ensino Fundamental, correspondendo, portanto, a 83,6%. No entanto, faz-se necessário compreender o cenário do PROEJA (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos), instituído pelo decreto nº 5.840/2006, e representando a modalidade de maior procura, talvez por conta de suas especificidades e pelo seu objetivo de se constituir enquanto política educacional efetiva de inclusão social, partindo da compreensão de que “a escola é um locus integrante e atuante nas dinâmicas sociais, devendo contribuir para o desenvolvimento das vocações produtivas e das potencialidades de desenvolvimento regional, envolvida em ações de sustentabilidade sociocultural, econômica e ambiental” (AZEVEDO & TAVARES, 2015, p. 111).

De acordo com Moura (2006), um dos desafios do PROEJA é a integração de três campos que nunca dialogaram efetivamente, ou se articularam em políticas

educacionais mais consolidadas: a Educação de Jovens e Adultos, o Ensino Médio e a formação técnica e profissional. Sendo o maior desafio justamente o da constituição de uma política pública que não restrinja a EJA ao aspecto tecnicizante da suplência e que possa contribuir decisivamente para a formação política e cultural, em consonância com a integração profissional dos indivíduos e o desenvolvimento econômico regional.

Nesse contexto, garantir o direito das pessoas jovens e adultas à educação implica o respeito a um direito humano essencial. Em consonância com a pesquisa, a EJA é ancorada em uma visão totalizante do jovem e do adulto, como um ser de direitos, que traz uma bagagem cultural e uma ampla vivência. Tal processo não busca somente alfabetizar e oferecer mão de obra qualificada, mas formar um ser pleno, social, cultural, cognitivo, ético. Nesse sentido, Paulo Freire afirma:

Se a minha não é uma presença neutra na história, devo assumir tão criticamente quanto possível sua politicidade. Se, na verdade, não estou no mundo para simplesmente a ele me adaptar, mas para transformá-lo; se não é possível mudá-lo sem um certo sonho ou projeto de mundo, devo usar toda possibilidade de que tenha para não apenas falar de minha utopia, mas para participar de práticas com ela coerentes (FREIRE, 2000, p. 33).

Construir uma EJA que considere, em seus processos pedagógicos, quem são esses sujeitos, implica em pensar uma escola aberta, que valorize a participação, os interesses, os conhecimentos e expectativas dos alunos; que favoreça, portanto, a sua participação, que respeite seus direitos na prática e não somente em programas e conteúdos; que se proponha a motivar, mobilizar e desenvolver conhecimentos a partir da vida desses sujeitos; que demonstre interesse por eles enquanto cidadãos e cidadãs e não somente como objetos de aprendizagem:

não posso de maneira alguma, nas minhas relações político- pedagógicas com os grupos populares, desconsiderar seu saber de experiência feito. Sua explicação do mundo de que faz parte a compreensão de sua própria presença no mundo. E isso tudo vem explicitado ou sugerido ou escondido no que chamo “leitura do mundo” que precede sempre a “leitura da palavra” (FREIRE, 2000, p. 81)

De acordo com esta perspectiva, Neiva (2010), apresenta pontos relevantes e propostas que precisam ser analisadas para considerar a Educação de Jovens e Adultos de forma mais ampla, democrática, emancipatória e participativa:

- Deve-se abrir para a pluralidade dos seus sujeitos, com seus conhecimentos, atitudes, linguagens, códigos e valores que, muitas vezes, são desconhecidos

ou vistos de forma desvalorizada pela cultura escolar e pelos currículos tradicionalmente oferecidos.

- Abandonar os modelos tradicionais de suplência e ultrapassar o enfoque da Educação de Jovens e Adultos como educação compensatória, em favor de uma visão mais ampla e permanente.
- Os conteúdos curriculares necessitam ser pensados dentro do contexto da identidade e das aspirações dos diversos sujeitos da EJA.
- Estratégias pedagógicas e metodologias devem ser orientadas para a otimização da formação específica de professores e gestores responsáveis por esse modo de fazer educação, bem como construir uma nova institucionalidade nos sistemas de ensino.
- Garantir acesso à cultura letrada, participação mais ativa no trabalho, política e cultura. Seus sujeitos têm necessidade de acesso a informações, bem como de assumir direitos e deveres. É um grupo heterogêneo, culturalmente, apesar de homogêneo do ponto de vista sócio-econômico.
- Instigar os alunos de EJA a apresentar sua bagagem que inclui conhecimentos sobre o mundo letrado e transformá-lo em protagonista de mais histórias. (NEIVA, 2010, p.33).

Tais propostas revelam uma concepção democrática e cidadã, pois partem do pressuposto que a Educação de Jovens e Adultos deve ser orientada tendo em vista o papel cidadão dos alunos, desenvolvendo sua percepção crítica e estimulando uma formação mais complexa, solidária e abrangente. Propostas que estão em consonância com esta monografia e que podem nos orientar a construir um projeto de EJA com teorias e práticas efetivamente transformadoras.

1.3 O perfil docente da EJA

O movimento de educação popular ganhou força na América Latina, especialmente no Brasil, no final dos anos 1950, consolidando-se, nos anos 60, enquanto proposta educativa emancipadora, pois partia de uma concepção de educação voltada para a libertação e o conhecimento político, proposta esta que divergia frontalmente com as concepções que se voltavam exclusivamente para a reprodução dos interesses capitalistas e que possuíam um caráter disciplinador, instrumental e tecnicizante.

A educação popular encarava a escola como uma fonte de liberdade e legitimidade das mais profundas reivindicações populares por direitos (ARROYO,

2002), na busca, portanto, de uma sociedade mais inclusiva, consciente e participativa. Neste contexto, a educação brasileira modificou-se em termos de compreensão teórica dos problemas históricos e sociais, e também cobrou práticas condizentes a fim de atender as exigências educacionais das classes populares, depositando na educação as possibilidades reais destas mudanças almejadas. Pressupõe-se, portanto, que tais transformações demandaram uma formação docente que levasse em consideração tais reivindicações.

Dessa maneira, a sala de aula transformou-se em espaço de confronto entre a formação docente e as transformações sociais e tecnológicas que ocorreram nas últimas décadas. Os professores formados em modelos tradicionais, desenvolvendo na graduação metodologias e didáticas para transmitir conteúdos e aprimorar teorias específicas de suas disciplinas e programas de ensino, encontraram muitas vezes um espaço real mais complexo e que não se enquadrava facilmente nas teorias estudadas durante os anos de graduação.

Ministrar aulas para jovens e adultos demanda uma grande responsabilidade social, não apenas por socializar os conteúdos específicos, mas, principalmente, por participar da possibilidade de construção da formação pessoal, por conscientizar sobre a necessidade de assumir a sua condição cidadã, enfim, de conduzir o público discente a buscar um caminho que leve à consciência crítica de sua realidade, oportunizando o conhecimento do mundo mesmo diante de limitações de ordem histórica, social, política, econômica e cultural. Dessa forma, tornar-se-ia preciso:

(...) insistir que tudo quanto fazemos em aula, por menor que seja, incide em maior ou menor grau na formação de nossos alunos. A maneira de organizar a aula, o tipo de incentivos, as expectativas que depositamos, os materiais que utilizamos, cada uma destas decisões veicula determinadas experiências educativas, e é possível que nem sempre estejam em consonância com o pensamento que temos a respeito do sentido e do papel que hoje em dia tem a educação (ZABALA, 1998, p. 29).

Decisões e experiências precisam, portanto, estarem em consonância com os sentidos e papéis que a educação desempenha em nossa sociedade. Espera-se que um docente preparado para atuar na EJA desenvolva um olhar diferenciado às particularidades de cada educando, partindo sempre do ponto de vista dos mesmos, reconhecendo, assim, que todos trazemos uma bagagem de experiências, visões de mundo e conhecimentos que podem até não passar pela leitura ou escrita, mas que sempre podem acrescentar novas matizes para enriquecer nossa realidade e

conhecimentos. Nesse caso, o confronto é necessário para que o educando problematize e questione suas vivências e também para que o educador aprenda que cada nuance contribui ainda mais para sua formação.

Mediar as situações de conflito e de aprendizagem faz parte das funções docentes, especialmente quando se trata da educação de jovens e adultos, que apresenta alunos de diversas faixas etárias, com especificidades próprias de cada idade e região, os quais interagem e convergem num mesmo espaço.

Nesse contexto, é preciso apostar numa formação continuada que não seja relegada somente ao plano individual de cada educador e educadora, mas que esteja inserida como parte integrante de um planejamento fundamentado em práticas e políticas contínuas de aperfeiçoamento docente.

Torna-se necessário enfatizar também que os cursos de licenciatura estão cada vez mais em consonância com estas práticas educativas, mas que as iniciativas em torno das especificidades da formação docente para atuar na EJA ainda são pontuais no currículo acadêmico e também nos cursos de pós-graduação, o que nos faz refletir o quanto a universidade pode ajudar no desenvolvimento e na formação de professores capazes de atuar em projetos populares, educação no campo, EJA, educação inclusiva e demais modalidades que deveriam ser parte fundamental do processo de formação docente das universidades brasileiras.

1.4 Paulo Freire e a EJA

Para Paulo Freire (1996), cabe ao educador perceber-se como um agente transformador das práticas sociais de seu meio, conscientizando-se, portanto, de que é um indivíduo que não procura somente transmitir conteúdos e conhecimentos, mas que participa ativamente do processo de ensino e aprendizagem, refletindo constantemente sobre suas práticas:

Se a minha não é uma presença neutra na história, devo assumir tão criticamente quanto possível sua politicidade. Se, na verdade, não estou no mundo para simplesmente a ele me adaptar, mas para transformá-lo; se não é possível mudá-lo sem um certo sonho ou projeto de mundo, devo usar toda possibilidade de que tenha para não apenas falar de minha utopia, mas para participar de práticas com ela coerentes (FREIRE *apud* NEIVA 2010 pg. 32).

Esse modo de agir, segundo Freire (1996, 2000), possibilitaria mudanças significativas nas práticas educativas e nas concepções de educação, inserindo-a de forma indissociável com práxis transformadora e com o compromisso de construir uma sociedade menos desigual e emancipatória. Priorizar o pensamento crítico, reconhecer os contextos e a importância das experiências coletivas é considerar o educando como agente social de um amplo processo de transformação mediada pela educação.

O pensamento crítico e reflexivo é fundamental para professores e alunos, uma vez que é por meio da reflexão e da crítica que o ser humano é capaz de libertar-se das mais profundas opressões que lhe são impostas. No entanto, Paulo Freire ressalta que não é suficiente que educadores e educandos sejam críticos apenas em relação às condições e situações que os cercam, tornar-se-ia necessário que os próprios conteúdos trabalhados sejam contextualizados, levando em consideração a realidade vivida por esses estudantes e pela comunidade (FREIRE, 1990).

Confiar no potencial transformador dos indivíduos e apontar criticamente as discrepâncias e contradições existentes numa sociedade de classes capitalista foi o projeto não somente teórico, presentes nos textos de Paulo Freire, mas de toda sua orientação e contribuição política e pedagógica. Para o educador, a integração dos excluídos numa sociedade de classes, a educação para a emancipação e a luta social pelo amplo direito à cidadania foram temas predominantes que guiaram suas ações e perspectivas.

Nesse sentido, conceber o letramento literário na perspectiva freireana é levar em consideração que:

A leitura literária é um momento de vivência de experiências que se dão nos livros e que extrapolam o universo do educando. Ler literatura leva os educandos a refletir a respeito da vida, de si mesmos, da sociedade em que vivem e os transporta para outros mundos e outras vivências, que são significativas no processo de aprendizagem da leitura do mundo e da letra (NEIVA, 2010, pp. 35-36).

Paulo Freire considerava a educação o elemento fundamental para que o ser humano adquirisse as condições de sujeito pensante e pudesse produzir, assim, as transformações sociais necessárias para garantir o direito de todos à cidadania e participação numa sociedade excludente. O letramento constituiria, portanto, uma prática social ativa para a leitura além da letra, ressignificando o espaço do educando para a leitura do mundo ao seu redor.

1.5 A Educação no Município de São Félix do Xingu

O Município de São Felix do Xingu, em termos de patrimônio ambiental, além do rio Xingu e parte da serra dos Carajás, dispõe do sítio arqueológico da foz do igarapé Carapanã. Seu território abriga ainda, em parte ou ao todo, a Floresta Nacional de Tapirapé Aquiri, Floresta Nacional de Gorotirê e as Reservas Indígenas dos Kayapó (32.840 Km², em parte no município), Apyterewa (2.668 Km², totalmente no município), além dos Arawete, Menkragnoti, Assurini, Parakanã e Xincrin, do Xingu, na confluência dos rios Xingu e Fresco.

Densidade populacional: 0,42 habitantes/Km²

Área: cerca de 84.607,30 Km²

Coordenadas Geográficas: 06° 38'41" de latitude sul e 51° 59'42" de longitude oeste.

Limites:

- ✓ Ao Norte – Altamira e Senador José Porfírio;
- ✓ Ao Sul – Estado do Mato Grosso;
- ✓ A Leste – Marabá, Ourilândia do Norte, Tucumã, Parauapebas e Santana do Araguaia;
- ✓ A Oeste – Altamira.

Distância da Capital: O Município de São Félix do Xingu – PA distancia, 680 km, por via aérea e 1.147 km, por via terrestre, da capital do Estado do Pará (Belém).

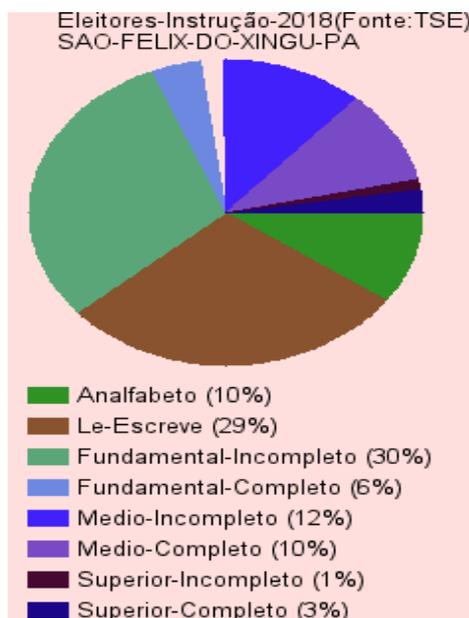
Vias de acesso: Chega-se à sede do município de São Félix – PA por vias terrestre, fluvial e aérea. O acesso rodoviário, partindo da capital, é pela PA-150, saindo de Belém segue-se até Xinguaara, de onde se acessa a PA-279 até a sede, num trecho pavimentado até a cidade de Tucumã a partir daí enfrenta-se uma estrada de pavimentação esburacada. O município tem um aeroporto, com pista de 3.200 metros, pavimentada e capacidade para pouso e decolagem de aviões de médio porte. A navegação pelo Rio Xingu é possível entre os meses de janeiro a maio, quando o nível do rio está alto.

A população total do município é de 132.138 mil habitantes, sendo que a população urbana é de 49.4% e a rural de 50.6%. (Projeção populacional IBGE 2020). (<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/sao-felix-do-xingu/panorama>).

- População urbana.....49.353 habitantes
- População rural:50.552 habitantes

- População masculina urbana:53.249 (53.3%)
- População feminina rural:.....46.656 (46.7%)
- População jovem: (15 a 24 anos).....20.480 pessoas
- População com mais de 60 anos:.. 8.292 pessoas (4% urbana e 4.3% rural)
- Média do número de membro por família:04 pessoas
- Média de mulheres como gestoras do núcleo familiar:.....40%
- Renda familiar média:R\$ 255,00 a 02 salários mínimos.
- Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade [2010]77,9 %
- IDEB – Anos iniciais do ensino fundamen (Rede pública) [2017].....4,0
- IDEB – Anos finais do ensino fundame (Rede pública) [2017].....3,0
- Matrículas no ensino fundamental [2018].....12.274 matrículas
- Matrículas no ensino médio [2018].....1.660 matrículas

Taxa de analfabetismo em São Félix do Xingu-PA para algumas faixas etárias:



Fonte:<https://www.eleicoespolitica.net/numero-total-de-eleitores/sao-felix-do-xingu-pa/>

Resumo quantitativo das escolas

Instituição Municipal/Estadual	2015	2016	2017
Educação Infantil		09	19
Ensino Fundamental		133	97
Ensino Médio Estadual	01	01	01

Sobre o sistema educacional do município, é preciso observar que atende parcialmente as demandas sociais para a educação, nos níveis infantis, ensino fundamental, médio, além de educação especial e educação para jovens e adultos. O município mantém escolas na zona urbana e na zona rural, com ofertas de vagas, prioritariamente, ao ensino fundamental.

Entre as Instituições Escolares Municipais, destaca-se a Escola Dom Eurico Krautler, na qual foi feita a pesquisa de campo e coletado os dados que serão apresentados a seguir.

1.6 A Escola Dom Eurico Krautler

A Escola Municipal Dom Eurico Krautler foi fundada em 02 de setembro de 1984, está situada à rua Tucumã sem número, bairro Alecrim. Seu nome representa uma homenagem ao Bispo Dom Eurico Krautler, fundador da primeira igreja católica e catequizador dos indígenas, o qual contribuiu para o desenvolvimento da região, sendo considerado um dos pioneiros no “desbravamento” do município.⁴

A escola atende alunos de 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental e 2ª a 4ª etapas de Educação de Jovens e Adultos (EJA). São cerca de 1.232 alunos, divididos em 29 turmas, sendo 26 de Ensino Regular e 03 da EJA. São integrantes do quadro 72 funcionários e 40 professores efetivos e contratados.⁵

No período noturno recebe os alunos da EJA (Educação de Jovens e Adultos) da 2ª a 4ª etapa. Sua estrutura até o momento está em estado regular de conservação, mesmo com alguns problemas em portas e fechaduras, ventiladores, janelas quebradas e rabiscadas.

As carteiras e pintura do prédio precisa ser renovada. As salas de aula são iluminadas por lâmpadas fluorescentes, sendo quatro fluorescentes em cada sala de aula.

⁴ Em 2002, a Escola Dom Eurico recebeu a autorização de funcionamento com a Resolução nº 061/2002 CEE/PA Fundamental I (1ª a 4ª) 096/2004 CEE/PA Fundamental II e posteriormente o Ensino Supletivo (1ª a 4ª Etapa). Atualmente encontra-se o novo processo de autorização, em tramitação no Conselho Estadual de Educação MEC, funcionando de acordo com a Resolução 253/2011, que permite o funcionamento de todas as etapas da Unidade e possuindo um Conselho Escolar com código de cadastro no MEC é 15121984.

⁵ Sobre a estrutura física, a escola possui: quadra coberta; 13 salas de aula; laboratório de informática; sala dos professores; bloco de banheiros; secretaria; sala para a diretoria; 03 áreas abertas; quadra poliesportiva; banheiro para portadores de necessidades especiais; depósito, sala de coordenação, cozinha e biblioteca.

Não existe climatização e isto é incomodo para os alunos, pois as salas são pequenas e o barulho dos ventiladores incomoda, pois já são muito velhos. As salas de aula possuem capacidade média para quarenta alunos, mas muitas turmas contam com um número superior, o que dificulta o processo de ensino e aprendizagem.

A escola procura ter o melhor relacionamento possível com a comunidade, em especial com a família de cada educando. Sempre que necessário faz-se uma assembleia geral e juntos discutem os problemas de forma a promover a ampla participação da comunidade nos processos decisórios.

Esta descrição nos possibilita vislumbrar a estrutura física e organizacional da escola, entretanto, interessa-nos os ambientes onde sejam possíveis os projetos de letramento, de leitura e escrita, bem como a importância da biblioteca para a realização de atividades envolvendo leitura e escrita.

A biblioteca escolar constitui muitas vezes um espaço utilizado para o armazenamento dos livros didáticos, sendo pouco utilizada e, não raro, inteditada ao público. Nem sempre as limitações estruturais, mas a falta de qualificação profissional torna-se fator do sucateamento deste espaço:

(...) a estrutura física ineficaz que, muitas vezes, se torna alvo de críticas, nem sempre é o fator primordial para o funcionamento inadequado das bibliotecas escolares, mas, sim, o despreparo de profissionais qualificados ou engajados para se desenvolver um trabalho pedagógico, com foco na formação de leitores. (GOULART; REIS; CASTRO, 2018, p. 242)

Espaço vital para formação de leitores, as bibliotecas escolares acabam sofrendo tanto com a estrutura física, como também com a preparo profissional. A biblioteca da Escola Dom Eurico apresenta limitações em sua estrutura física e um espaço reduzido, no qual qualquer proposta de atividade de leitura ficaria comprometida.

Imagem 01: Biblioteca da Escola Municipal Dom Eurico Krautler



Fonte: Imagem capturada pelo próprio autor, em 19 de outubro de 2021.

Ao observar a imagem, percebemos que não há espaço para leitura, as mesas ocupadas e a estrutura física impossibilitam a utilização deste espaço para realização de atividades envolvendo leitura e escrita.

Se o processo de formação de leitores é um passo decisivo para cidadãos mais críticos e participativos, a biblioteca escolar assume então uma importância inquestionável, pois além de permitir o acesso aos livros, elas constituem um espaço “mediador da imaginação, do interesse, da informação, do conhecimento, ao desencadear de ações leitoras” (GOULART; REIS; CASTRO, 2018, p. 243)

1.7 A EJA na Escola Municipal Dom Eurico Krautler

Os alunos da Eja são 119, distribuídas em O curso é ofertado em três etapas, sendo: Fase I - Corresponde do 1º ao 5º ano do Ensino Regular (séries iniciais do Ensino Fundamental), Fase II - Corresponde do 6º ao 9º ano do Ensino Regular (séries finais do Ensino Fundamental), Ensino Médio.

De acordo com os colaboradores, a EJA foi um programa que deu certo, mas ainda apresenta muitas dificuldades em relação a vários fatores:

- ✓ Falta de Livros Didáticos
- ✓ Salas super lotadas
- ✓ Falta de Materiais Didáticos
- ✓ Capacitação ContInuada aos Professores
- ✓ Professores com carga horária extensa

Segundo a Professora L. M.: “Nosso maior dilema no cotidiano escolar é vencer o desafio de despertar em nossos alunos uma motivação para seguirem em frente, mostrando a existência de pessoas que buscam melhorias para suas vidas, levando - os a acreditarem que a educação é a melhor escolha e saída para uma vida digna.”

Ressalto como futuro Professor que as dificuldades fazem parte dessa área e é necessário ter a consciência que iremos nos deparar com situações conflituosas e precisamos resolver na medida do possível, pois a Educação é uma profissão que não se deixa abater.

Segue em anexo um questionário, direcionado a Professora L. de M. em relação ao EJA, para maiores esclarecimentos dessa modalidade de ensino.

Infelizmente, conforme pesquisa realizada em nosso município não tem muitas informações a respeito da EJA, mas enfatizo, que é um Programa extremamente relevante e essencial a nossa realidade municipal, a qual necessita ser olhado com carinho e ser estruturado financeiramente em todos os sentidos, seja para capacitação de professores e manutenção das turmas nos Distritos do município.

2 - UM LONGO PERCURSO: O LETRAMENTO LITERÁRIO E A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

“Silva (2016), relata que ao longo da história da nação brasileira, a democratização e expansão da escola pública para o proletariado, intensificadas pelas exigências políticas, da Revolução Industrial e da Revolução Tecnológica, entre outras, exigiram mudanças profundas no comportamento da sociedade e a principal delas foi a necessidade de um aumento quantitativo de vagas e escolas que não correspondia ao ensino de qualidade”.

A pesquisadora cita Mortati (2004), o qual relata que “o modelo educacional a que se destinavam a elite e a burguesia não se mostrou adequado para a classe trabalhadora. Assim, na busca constante do desenvolvimento humano, social e econômico, as discussões e análises dos problemas educacionais passaram a se orientar por uma teoria sociológica dialético- marxista divulgada ou formulada por intelectuais de diferentes áreas do conhecimento, em especial a Sociologia, a Filosofia, a História e a Educação.”

Diante desse cenário, percebe-se que a política contemplada pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1988, abarcava entre outras condutas servindo-se como exemplo dessas ações o primeiro estágio de escolaridade obrigatória com o período de duração de 05 anos, e tendo os parâmetros voltados para o ensino obrigatório.

No que se refere ao ensino da Língua Portuguesa, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) de 1997 declaravam que:

As condições atuais permitem repensar sobre o ensino da leitura e escrita considerando não só o conhecimento didático acumulado, mas também as contribuições de outras áreas, como a psicologia da aprendizagem, a psicologia cultural e as ciências da linguagem. O avanço dessas ciências possibilita receber contribuições tanto da psicolinguística quanto da sóciolinguística; tanto da pragmática, da gramática textual, da teoria da comunicação quanto da semiótica, da análise do discurso (BRASIL, p.22).

O sistema educacional vigente passa por um grande avanço no que diz respeito à leitura e escrita, fato este deve-se aos conhecimentos ampliando assim os conhecimentos que vão além da gramática tradicional, envolve outras modalidades de ensino que favorece uma aprendizagem através da interpretação, análise, síntese, enfim as disciplinas precisam conversar entre si, para que haja um maior desempenho do aluno, o

qual possa fazer uma intertextualidade dos temas abordados e integração em todas as áreas do conhecimento.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no inciso IV, artigo 9.º:

Delega à União estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os municípios, competências e diretrizes para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum (BRASIL 2013, p.7).

De acordo com a citação, as competências são importantes para que cada esfera saiba conduzir seu trabalho com êxito, sempre pensando no bem comum dos educandos.

Silva (2016) explica que as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, de atribuição federal, preceituam que os três anos iniciais do Ensino Fundamental devem ser considerados como um bloco ou um ciclo sequencial sem interrupção, com garantias de: alfabetização e letramento, diversidade de formas de expressão em Língua Portuguesa, Literatura, Música e demais artes, Educação Física, Matemática, Ciências, História e Geografia.

A literatura é uma disciplina de conteúdo essencial na educação escolar, sendo que os professores devem ensinar a mesma sem deixar de observar os conteúdos mínimos da Língua Portuguesa da base nacional comum.

Os PCN ressaltam que para uma participação plena na sociedade o indivíduo necessita do domínio da língua:

Assim um projeto educativo comprometido com a democratização social e cultural atribui à escola a função e a responsabilidade de garantir a todos os seus alunos o acesso a saberes linguísticos necessários para o exercício da cidadania, direito inalienável de todos. Essa responsabilidade é tanto maior quanto menor for o grau de letramento das comunidades em que vivem os alunos. Considerando os diferentes níveis de conhecimento prévio, cabe à escola promover a sua ampliação de forma que, progressivamente, durante oito anos do ensino fundamental, cada aluno se torne capaz de interpretar diferentes textos que circulam socialmente, de assumir a palavra e, como cidadão, de produzir textos eficazes nas mais variadas situações. (BRASIL, 1997, p.23)

Certamente, os professores exercem papel fundamental no aspecto de desenvolvimento do senso crítico-reflexivo dos seus alunos acerca dos textos literários abordados em sala de aula, pois, para se ter bastante compreensão do que leem, sendo que os docentes devem exercer boas didáticas de ensino no intuito de aperfeiçoar o entendimento do seu alunado.

Silva (2016) comenta em que nos PCN's, desde o início da alfabetização, a língua portuguesa apresenta o texto como unidade de ensino e atribui à escola a responsabilidade de, além de disponibilizar ao aluno o universo de textos que circulam socialmente, ensiná-lo a produzi-los e a interpretá-los. Deste modo a experiência vivenciada pelos estudantes com as tecnologias devem ser aproveitadas para uma melhor compreensão dos assuntos ensinados em sala de aula.

De acordo com os PCNs, ao atribuírem critérios para as atividades de leitura, apresentam sugestões para:

- ✓ Tratamento didático da leitura,
- ✓ Atividades específicas para o aprendizado inicial
- ✓ Propostas didáticas para formação de leitores.

Botelho (2011), inicia sua contribuição com os seguintes questionamentos: Como promover a leitura literária em sala de aula? Como formar alunos leitores? Como fazer com que os alunos compreendam o que leem? Por que os alunos não gostam de ler?

Para que o professor incentive a leitura em sala de aula é indispensável que o mesmo seja um agente “motivador”, e realize uma ótima didática de ensino para atrair a atenção dos seus discentes para que compreendam os textos que serão abordados, contribuindo assim para um bom aprendizado dos conteúdos lidos.

O fato de maioria dos alunos não gostarem de ler é bastante complexo, pois para alguns é a falta de acesso a livros atualizados, outros é a falta de interesse pela leitura, sendo que outros têm interesse mais com os meios tecnológicos e deixa de lado o processo de leitura.

Segundo Cosson, a literatura deve ser ensinada na escola:

[...] devemos compreender que o letramento literário é uma prática social e, como tal, responsabilidade da escola. A questão a ser enfrentada não é se a escola deve ou não escolarizar a literatura, como bem nos alerta Magda Soares, mas sim como fazer essa escolarização sem descaracterizá-la, sem transformá-la em um simulacro de si mesma que mais nega do que confirma seu poder de humanização. (apud COSSON, 2009, p.23).

O processo de leitura é amplo e envolve uma atividade que compõe o sentido dos assuntos abordados em que o leitor desenvolve seu senso crítico a respeito dos textos e não se atente apenas ao processo de ler.

Cosson (2009, p.65) defende que:

na escola é preciso compartilhar a interpretação e ampliar os sentidos construídos individualmente. A razão disso é que, por meio do compartilhamento de suas interpretações, os leitores ganham consciência de que são membros de uma coletividade e de que essa coletividade fortalece e amplia seus horizontes de leitura.

Entende-se diante da citação que o compartilhamento das interpretações de leituras, favorecem leques de oportunidades para ouvir opiniões coletivas e dessa forma ampliar os conhecimentos com diferentes ideias.

De acordo com Magda Soares (2004), citado por Vieira (2015), o Letramento é algo recente no Brasil, pois seu surgimento se deu pela necessidade práticas sociais na área da leitura e da escrita que modifique a metodologia de ensino que vai além dos métodos tradicionais das gramática normativa e aborde um novo conceito de ensino que induza o aluno a pensar, analisar e ler com precisão, tirando suas conclusões de temas relevantes, que instiga a um pensamento reflexivo.

De acordo com Vieira (2015, apud SOARES, 2004 p.72) “o letramento não é unicamente pessoal, mas é, sobretudo, uma prática social: “letramento é o que as pessoas fazem com as habilidades de leitura e escrita, em um contexto específico, e como essas habilidades se relacionam com as necessidades, valores e práticas sociais”.

Diante da citação supracitada, vimos que embora a palavra letramento seja utilizada no singular, existem vários tipos de letramento, tudo depende do contexto social ao qual estamos inseridos no dia a dia.

Para Soares a escola exerce um importante papel no que tange ao processo de aprendizagem dos alunos no tocante as questões relevantes de conhecimentos e práticas culturais referentes à escolarização:

Distinguimos entre uma escolarização adequada e uma escolarização inadequada da literatura: adequada seria aquela escolarização que conduzisse eficazmente às práticas de leitura literária que ocorrem no contexto social e às atitudes e valores próprios do ideal do leitor que se quer formar, inadequada é aquela escolarização que deturpa, falsifica, distorce a literatura, afastando, e não aproximando, o aluno das práticas de leitura literária, desenvolvendo nele resistência ou aversão ao livro e ao ler. (SOARES 2006, p.47).

Essas situações são recorrentes em salas de aula, seja na Educação infantil à Graduação, pois no decorrer da jornada de estudo o aluno passa por Professores que fazem a diferença em sua atuação e outros que deixa a desejar, e torna a aula tão desmotivada que não consegue transmitir ânimo para a turma em participar de um texto

literário e compreender seu sentido e ouvir o que o educando entendeu, pois a Literatura é uma interpretação flexível.

Para se ter um bom aproveitamento do ensino no que tange aos textos literários torna-se necessário uma didática abrangente acerca do conteúdo ministrado em sala de aula, pois, quando os estudantes compreendem o texto literário o adequado aproveitamento do letramento literário torna-se inevitável.

2.1 Leitura Literária na EJA

De acordo com Santos e Yamakawa (2017):

No Brasil, as concepções ideológicas e metodológicas adequadas ao ensino na EJA surgiram na década de 1960, com Paulo Freire (1964). O educador defendia que a alfabetização deveria privilegiar o prévio conhecimento de mundo do aluno e, por isso, o processo de ensino e aprendizagem da leitura e da escrita valorizava a cultura da comunidade e a visão crítica do mundo dos educandos. A tarefa de decodificar e decodificar (alfabetização) se iniciava após debates sobre elementos culturais (figuras de paisagens ou objetos significativos) do cotidiano dos educandos ou do que eles já conheciam”.

Compreende-se que alunos da EJA, necessita que as metodologias sejam direcionadas de forma que condiz com a realidade dos mesmos, pois já trazem de seus convívios uma gama de informações que certamente irá favorecer a aprendizagem e a contextualização dos assuntos abordados com o mundo que o cerca.

No que diz respeito ao aspecto da afetividade em EJA, Gazoli e Leite (2011 p.07), explicitam que:

Paulo Freire, que representa um marco para a EJA em termos de concepção político- filosófica. FREIRE (1975), afirma a necessidade do educador (re)educar –se para atuar ao lado dos oprimidos e a seu favor. Cabe ao professor auxiliar o aluno no seu processo de conscientização (conscientização política de se saber e se fazer cidadão de direitos, investido de sua cultura) através de um procedimento pedagógico centrado na problematização da sociedade, sendo um mediador democrático, optando metodologicamente pelo diálogo que aproxima professor e aluno como sujeitos que aprendem mutuamente. Esta proposta traz para os professores a necessidade de terem visão e postura diferentes perante os alunos, despidas de preconceito e marcadas pelo compromisso político. (apud GAZOLI; LEITE, 2011, p.07).

O grande precursor pontua a importância dos conteúdos trabalhados e a relação integrada entre Professor e aluno, os quais precisam articular temas relevantes que condizem com a realidade e as políticas públicas da sociedade, a qual faz parte das problematizações diárias e que necessitam ser discutidas.

Santos e Yamakawa (2017) explicam que para o desenvolvimento do ensino de literatura, três elementos são fundamentais ao ato de ler: os livros (bibliotecas, escolas, salas de aula), os mediadores (professores, bibliotecários, pedagogos, pais e todos aqueles que incentivam o hábito da leitura dentro ou fora da escola) e o educando.

Enfatizam que para garantir aos educandos o direito à cultura letrada, o governo federal tem como umas de suas políticas públicas a distribuição de acervos literários a todas as escolas públicas, porém essa ação ainda se mostra insuficiente, pois muitas escolas não promovem a socialização dos livros entre Professores e alunos.

E analisando este ponto, a atividade de mediação na leitura é impossível quando os livros permanecem arquivados, embalados, guardados em armários ou em bibliotecas fechadas, pois todas essas ações são contrárias ao que recomenda Paiva:

Afirmamos, entretanto, que a execução das políticas de acesso ao livro é vital para a composição dos acervos de bibliotecas escolares e um dos mecanismos mais eficazes para a democratização da leitura. A primeira garantia que se deve ter, portanto, é a de acesso; a possibilidade de o aluno poder olhar e manusear esse objeto, complementada, e não menos importante, pela constituição de espaços literários (bibliotecas bem organizadas e equipadas com acervos atualizados e de qualidade) e pela qualificação do mediador dessa formação literária que, no espaço escolar, define-se prioritariamente por bibliotecários, auxiliares de biblioteca e de professores (2012, p.20)

É de suma importância que todos os alunos tenham acesso a livros atualizados e além disso que tenham acompanhamento de pessoas capacitadas para auxiliá-los no tocante à leitura literária, sendo tanto a leitura não literária quanto a literária, apesar de serem distintas, são indissociáveis, devido ambas se complementarem.

3 – LIVRO DIDÁTICO E O ENSINO DE LITERATURA

O objetivo deste capítulo é a pesquisa bibliográfica documental e a compreensão das estratégias de leituras voltadas para os alunos que frequentam as turmas de escolarização do Ensino Fundamental, no município de São Félix do Xingu. De acordo com os relatos da Coordenação da EJA que foi consultada⁶, as turmas foram distribuídas em etapas: 3ª etapa com 23 alunos; 4ª etapa A com 47 alunos ; 4ª etapa B com 49 alunos.⁷

A EJA, no município de São Félix do Xingu-PA, sofre as mesmas dificuldades do ensino regular: ausência de material apropriado para trabalhar as questões da Língua Materna, bibliotecas precárias e ausência de estrutura necessária para o desenvolvimento de atividades e projetos; planejamento de estratégias de ensino que possibilitem uma mediação pedagógica de maneira que favoreça o aprendizado e compreensão leitora.

Além das questões pedagógicas, é preciso considerar outras dimensões que influenciam decisivamente no processo de ensino e aprendizagem desta modalidade de ensino, orientada também como fator fundamental para equidade social e construção da cidadania:

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino muito complexa, pois abarca diversas dimensões que extrapolam a questão educacional. De acordo com o “Marco de Ação de Belém”¹, a aprendizagem na educação de jovens e adultos abrange um vasto leque de conteúdos – aspectos gerais, questões vocacionais, alfabetização e educação da família, cidadania e muitas outras áreas – que preparam as pessoas com conhecimentos, capacidades, habilidades, competências e valores necessários para que exerçam e ampliem seus direitos e assumam o controle de seus destinos. Além disso, a aprendizagem na EJA é considerada imperativa para o alcance da equidade; da inclusão social; da redução da pobreza; da construção de sociedades justas, solidárias, sustentáveis e baseadas no conhecimento. (PNLD EJA, 2014 p. 15).

Portanto, conclui-se que a EJA demanda um olhar diferenciado, e estratégias pedagógicas em consonância com este projeto de formação cidadã e solidária. Neste

⁶ As informações foram relatadas pelas professoras I. H. D. é pedagoga e pós-graduada em Gestão e Administração Escolar, mestranda em Ciências da Educação; a professora L. de M. C. também é formada em Pedagogia e pós-graduada em Educação Especial Inclusiva.

⁷ A proposta inicial desta pesquisa consistia em uma série de entrevistas, mas a suspensão das aulas, devido a pandemia do COVID 19, impossibilitou o trabalho de campo e a coleta desta fase. As referidas informações correspondem ao ano de 2020.

sentido, questionamo-nos sobre os recursos didáticos, os temas e materiais, como também as abordagens e perspectivas presentes no ensino de literatura.

3.1 Letramento, Livro Didático e práticas docentes

O livro didático têm presença marcante na vida escolar dos alunos e nas práticas docentes. Isso significa que, além de ser bastante utilizado no cotidiano escolar, o livro didático também se caracteriza para a maioria dos estudantes como o único livro que eles possuem acesso na escola e fora dela. Nesse sentido, fica evidente a significativa valorização e a importância atribuída ao LD como ferramenta no processo de letramento e ensino da língua materna e suas literaturas.

Neste contexto, propomos a descrição e a análise do livro didático adotado na EJA, em São Félix do Xingu, procurando investigar as abordagens e as perspectivas que fundamentam o estudo dessa disciplina. Reiteramos, assim, que o livro didático atua como um valioso instrumento, pois nele se insere de modo organizado e sequenciado não somente os conteúdos, mas as práticas de letramento que podem contribuir com a formação multifacetada, polivalente e crítica prevista nos documentos oficiais.

Ao abordar a contribuição do livro didático no processo de ensino e aprendizagem, ecoam as palavras de Marisa Lajolo e Regina Zilberman:

O livro didático interessa igualmente a uma história da leitura porque ele, talvez mais ostensivamente que outras formas escritas, forma o leitor. Pode não ser tão sedutor quanto as publicações destinadas à infância (livros e histórias em quadrinhos), mas sua influência é inevitável, sendo encontrado em todas as etapas da escolarização de um indivíduo: é cartilha, quando da alfabetização; seleta, quando da aprendizagem da tradição literária; manual, quando do conhecimento das ciências ou da profissionalização adulta, na universidade. (LAJOLO & ZILBERMAN, 1996, p. 121)

Seja como cartilha, seleção de textos literários da literatura brasileira, ou manual para a profissionalização, o livro didático acompanha os indivíduos em todo o seu processo de formação. E mesmo não sendo “tão sedutor”, é a fonte de informação ao alcance das mãos, e isso acontece desde tempos remotos e num tempo anterior ao crescimento das tecnologias modernas de informação.

Além disso, o LD atua como um “facilitador” do trabalho do professor, não somente porque isentar-lhe-ia de preparar atividades pedagógicas para trabalhar com os

alunos, mas porque a seleção de textos, a organização das informações em diferentes níveis e gêneros, permitem ao docente seguir um plano traçado e estratégias pré-estabelecidas para a condução de suas aulas. Tal relação do docente e LD acaba sendo alvo de diversas críticas, uma das mais contundentes é realizada por Freitag:

A desinformação, o comodismo, o conformismo da maioria dos professores fortalecem a “onipotência” e “onisciência” do livro didático. Os professores passam a respeitar a palavra escrita do livro didático como árbitro último, submetendo-se docilmente ao seu conteúdo psicopedagógico e ideológico (FREITAG, 1989, p.131).

A crítica de Freitag recai indiscriminadamente sobre os professores, que, nesta perspectiva, seriam desinformados e conformistas. Magda Soares, no entanto, amplia criticamente essa visão, apontando a alteração que se operou a partir dos anos de 1950, quando as gramáticas e as antologias foram sendo substituídas pelos manuais didáticos. Dessa forma, a responsabilidade pela formulação de exercícios não seria unicamente do docente, mas dos próprios autores dos livros didáticos. Além disso, a autora aponta ainda que essas transformações foram ocorrendo no mesmo período o qual os próprios docentes foram sofrendo com a precarização das condições de trabalho e de sua posição social e também o processo de formação docente foi alterado significativamente:

Uma delas é que é nessa época que se intensifica o processo de depreciação da função docente. a necessidade de recrutamento mais amplo e menos seletivo de professores, já anteriormente mencionado, resultado da multiplicação de alunos, vai conduzindo a rebaixamento salarial e, conseqüentemente, a precárias condições de trabalho, o que obriga os professores a buscar estratégias de facilitação de sua atividade docente: uma delas é transferir ao livro didático a tarefa de preparar aulas e exercícios. Acrescente-se a isso o fato de que o rebaixamento salarial, e conseqüente perda de prestígio da profissão docente, muda significativamente a clientela dos cursos de Letras, que começam a atrair para o magistério indivíduos oriundos de contextos pouco letrados, com precárias práticas de leitura e de escrita. (SOARES, 1996, p. 62)

Sem formação docente adequada, com um regime de trabalho extenuante e uma remuneração salarial insuficiente, os professores adotam o livro didático como a única alternativa disponível para exercer a sua prática pedagógica.

Os desafios para a construção de aprendizagens com qualidade social exigem muitos esforços e ações das políticas públicas sobre uma ampla agenda que inclui temas como financiamento público, aperfeiçoamento do regime de colaboração e de coordenação intergovernamental, formação de professores, mobilização da demanda social por educação na vida adulta, mudança nas concepções de alfabetização e

educação básica na perspectiva contínua de estudos e ampliação do acesso à cultura letrada. Entre os vários aspectos que concorrem para melhoria da qualidade da Educação de Jovens e Adultos, está também a oferta de materiais didáticos de qualidade adequados às características da modalidade de ensino.

3.2 A coleção EJA Moderna

DESCRIÇÃO: EJA Moderna-Educação de Jovens de Adultos/ Organização Editora Moderna: obra coletiva concebida, desenvolvida e produzida pela Editora Moderna: Virgínia Aoki- 1ª ed._ São Paulo/2013. Obra em 4 v. Para alunos do 6º ao 9º Ano.

De acordo com PNLD EJA (2014, p.111):

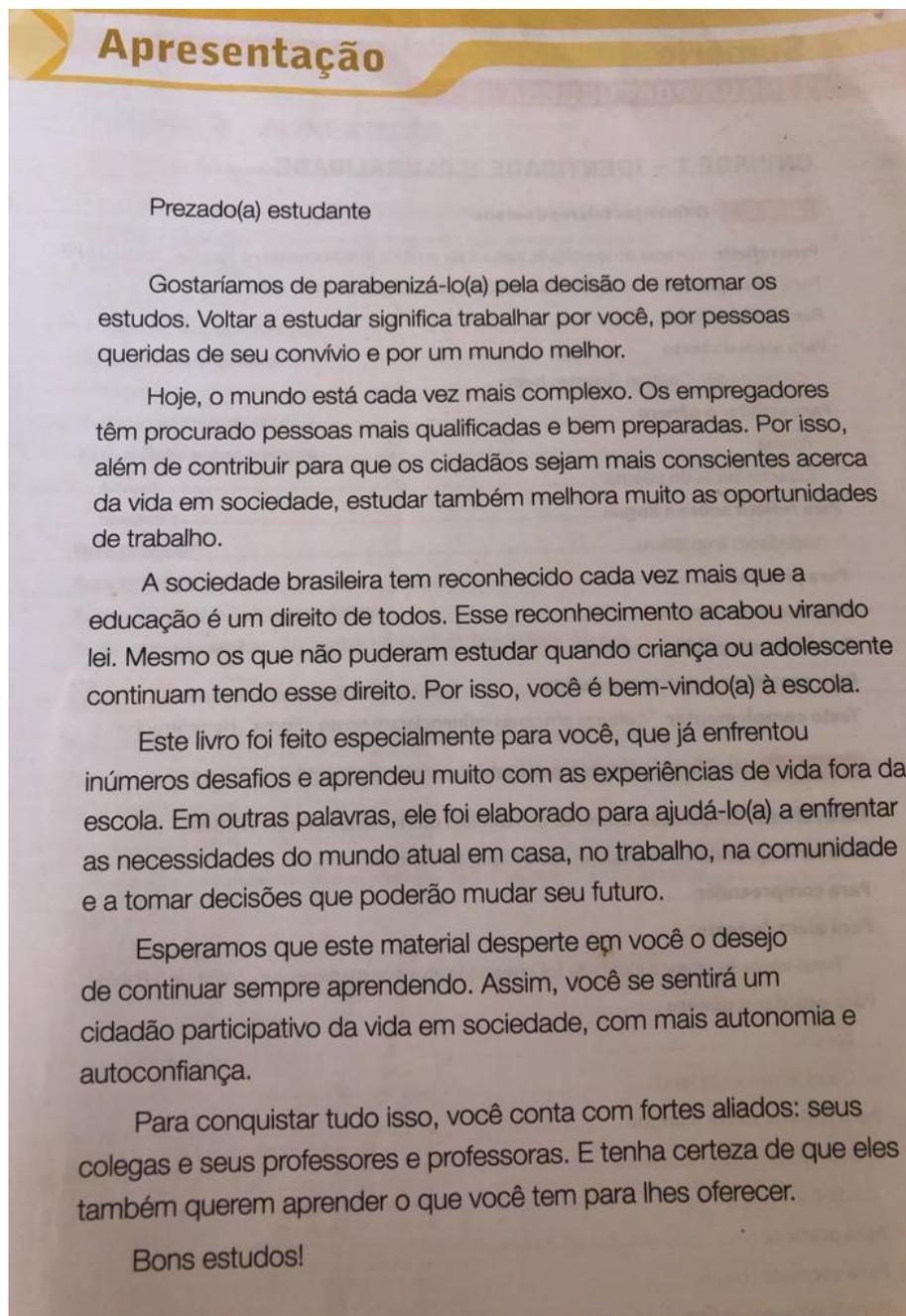
A obra está endereçada aos Anos Finais do Ensino Fundamental. O Livro do Aluno (LA) é composto por quatro volumes. Cada volume do Livro do Aluno é dedicado aos Anos Finais (6º, 7º, 8º e 9º) do Ensino Fundamental e abrange oito componentes curriculares: Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia, Ciências, Arte, Língua Inglesa e Língua Espanhola.

A obra é adequada ao público da EJA, pois as atividades e textos presentes ao longo de cada um dos volumes valorizam esse público e consideram seus conhecimentos sobre a realidade que o cerca. Os conteúdos, pautados em eixos temáticos, contemplam conhecimentos, interesses e necessidades de jovens, adultos e idosos. (PNLD EJA 2014 p.160).

Entre os temas presentes na obra e pertinentes aos sujeitos da EJA, podemos citar os seguintes: pluralidade cultural, transporte urbano, inflação, reciclagem de lixo, oportunidades de trabalho para homens e mulheres e alimentação saudável. Em geral, as atividades propostas são contextualizadas e se referem a situações relacionadas ao cotidiano do estudante da EJA. Tais atividades, com a mediação do Professor, podem contribuir com a aprendizagem desses estudantes de forma crítica e significativa, desde que o mesmo faça a interdisciplinaridade de outras fontes, para enriquecer o aprendizado. (PNLD EJA 2014 p. 170).

A coleção expõe, logo no início dos livros, um texto de apresentação em formato de carta que parabeniza os estudantes que decidiram retornar aos estudos, além disso, o texto apresenta determinados trechos que “podem justificar a proposta da

coleção e o entendimento da modalidade de EJA resultante das considerações desta obra” (BASTOS, 2018, p. 113).



(Fonte: Aoki, 2013, p.03)

Alene Bastos destaca o trecho do segundo parágrafo que afirma que os empregadores buscam pessoas mais qualificadas e preparadas. Tal afirmação revela uma visão limitada, conduzindo-nos a pensar que o público da EJA procura retomar os estudos como possibilidade de mudanças no mercado de trabalho: “ou pior, que não

podem sonhar em ser gestores do próprio empreendimento, ou tantas formas de trabalho e realização na vida, senão prestar sua mão de obra a um empregador” (BASTOS, 2018, p. 114).

Em seguida, o texto reconhece a universalidade do direito à educação, após afirmar que “estudar também melhora muito as oportunidades de trabalho”. Assim como Bastos, retomamos a contribuição de Paulo Freire para uma compreensão não mecanicista da educação e não restrita univocamente à esfera do mercado, mas uma educação emancipadora, capaz de promover o acesso à cidadania e que procura estimular a reflexão criativa e a compreensão crítica de seu lugar no mundo.

No campo da Língua Portuguesa, verifica-se que os textos selecionados e as atividades sugeridas são representativos de práticas comunicativas diversas e diferentes domínios discursivos. Quanto aos gêneros, destacam-se poemas, crônicas, contos, lendas, charges, cartuns, tirinhas, notícias de jornal, entre outros. Essa diversidade de gêneros e tipos textuais selecionados para compor as unidades é adequada aos interesses e necessidades dos estudantes da EJA. A escolha de diferentes gêneros do discurso para o trabalho com a leitura propicia a formação de leitores e escritores que, com base nos propósitos comunicativos, deverão utilizar diversas formas de linguagem para se comunicar. (PNLD EJA 2014 p. 170).

A coleção Moderna EJA está organizada em unidades subdivididas em capítulos que contam com a seguinte estrutura:

- Para refletir
- Para ler e aprender
- Para compreender
- Para além do texto
- Para estudar o gênero
- Para refletir sobre a língua
- Para praticar
- Para escrever
- Para falar em público
- Para organizar o que aprendemos
- Texto complementar

Na abertura de cada capítulo, temos uma imagem síntese seguida de um texto com perguntas que procuram correlacionar as questões que serão discutidas no decorrer do capítulo e a imagem apresentada. No capítulo intitulado “Diferentes falares e versos”, temos um quadro de Gérson Guerreiro:

UNIDADE 1 – Identidade e pluralidade

Capítulo
1

Diferentes falares
e versos



▲ Gérson Guerreiro, *Segue seco* (2010). Acrílico sobre tela, 90 x 120 cm. Coleção particular.

O Brasil é um país extenso. De Norte a Sul, encontramos diferentes paisagens, costumes e formas de falar. Conhecer, valorizar e respeitar essas diferenças é um passo para a compreensão da identidade brasileira.

Observe a reprodução de tela acima.

- Que cena é retratada?
- O que mais chama sua atenção?
- Que sensação as cores usadas provocam em você?
- Como você relaciona a imagem e o título do quadro?

Fale sobre essas questões com os colegas e com o professor e ouça o que eles têm a dizer.

16

(Fonte: Aoki, 2013, p.16)

Imagem e texto procuram estimular a reflexão sobre a diversidade cultural. No entanto, poderíamos questionar a presença desse quadro como imagem síntese da diversidade nos “diferentes falares e versos”, tema do capítulo primeiro.

O quadro de Gérson Guerreiro retrata a migração nordestina. As cores vivas que preenchem o espaço sertanejo contrastam com o preto que predomina como cor utilizada para pintar a família que migra. O tema da imigração nordestina possibilita um

rico debate e estratégias intertextuais, sendo, inclusive trabalhado em outras partes do capítulo. No entanto, a imagem demandaria outros textos de apoio para que o trabalho intertextual fosse possível no intuito de alicerçar as opiniões dos estudantes para o debate sugerido pelas questões propostas. Inclusive, tal articulação pareceria interessante para compreender a forma como as variantes regionais estão presentes em determinados ambientes e representações sociais.

O tópico “Para refletir” apresenta uma matéria jornalística intitulada “Carteira de identidade passa a ser emitida gratuitamente na Paraíba”:

Leia o texto a seguir e reflita sobre seu conteúdo.

http://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2012/07/carteira-de-identidade-passa-ser-emitida-gratui

Editoriais ▼ Economia Sua região ▼ Telejornais ▼ Serviços ▼ VC no G1 ▼ Princípios editoriais

21/07/2012 09h20 - Atualizado em 21/07/2012 09h20

Carteira de identidade passa a ser emitida gratuitamente na Paraíba

Benefício vale apenas para a primeira via do documento. Antes o cidadão pagava R\$ 10,11 para retirar a carteira de identidade.

Na Paraíba, a primeira via da carteira de identidade, válida em todo o território nacional, está sendo emitida gratuitamente, a partir da sexta-feira (20). Os locais que realizam o serviço, por meio do Instituto de Polícia Científica, começaram a expedir o documento sem custos, em cumprimento à lei sancionada pela presidente Dilma Rousseff.

Antes da lei, a primeira via do documento custava R\$ 10,11. A segunda via continua sendo cobrada no valor de R\$ 16,85. Até junho deste ano, as Casas da Cidadania emitiram 10.930 carteiras de identidade.

Para retirar a carteira de identidade é preciso apresentar certidão de nascimento ou de casamento. Brasileiros natos, naturalizados ou portugueses beneficiados pelo Estatuto da Igualdade podem obter o documento. A lei sancionada pela presidente Dilma e pela ministra da Secretaria de Direitos Humanos, Maria do Rosário, modifica a Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, que não trazia expresso o direito à gratuidade.

A Casa da Cidadania de Campina Grande foi a que mais emitiu carteiras de identidade, com 2.883 expedições. Em seguida, a Casa da Cidadania de Patos, com 1.740 documentos; e as de Jaguaribe (1.474), Tambiá (1.444), Manaira (1.277) e Mangabeira (1.081), em João Pessoa. Em Guarabira foram 664 e em Cabedelo, 367.

Carteira de identidade passa a ser emitida gratuitamente na Paraíba. Portal G1 PB, 21 jul. 2012. Disponível em: <http://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2012/07/carteira-de-identidade-passa-ser-emitida-gratuitamente-na-paraiba.html>. Acesso em: 19 set. 2012.

Reúna-se com três colegas. Conversem sobre o que leram e discutam as questões a seguir. Depois, apresentem aos outros colegas as respostas e reflexões do seu grupo e ouçam as deles.

- 1 Esse texto trata de um direito do cidadão brasileiro. Que direito é esse?
- 2 Antes de a lei citada no texto ser aprovada, os cidadãos precisavam pagar pela carteira de identidade. Qual é a opinião de vocês sobre isso?
- 3 Para que serve a carteira de identidade? Em que situações vocês tiveram de usar esse documento?

17

(Fonte: Aoki, 2013, p.17)

As questões propostas procuram estimular a reflexão sobre o conceito de cidadania e a constituição de direitos fundamentais. Ao perguntar sobre a utilidade da carteira de identidade, a proposta seria estimular o debate sobre direitos e o processo de formação da identidade. No entanto, a matéria selecionada parece não dialogar com a imagem anterior que abre o capítulo. O tema da identidade aparece de forma

descontextualizada e somente a matéria jornalística não parece suficiente para uma atividade oral (é a segunda atividade seguida para discutir e debater) fundamentada. A proposta é revelante, mas, no contexto apresentado, demandaria um trabalho mais contextualizado e fundamentado.

O tópico “Para ler e aprender” apresenta um trecho do poema *Morte e vida severina*, de João Cabral de Melo Neto:

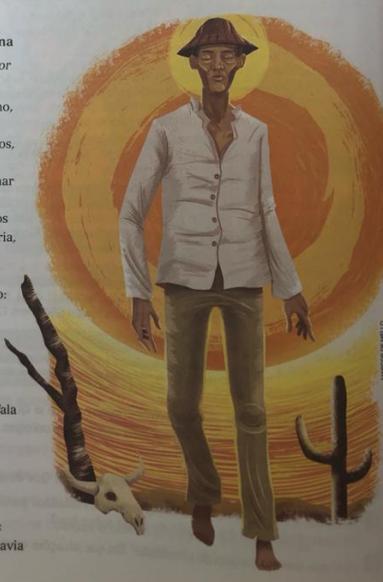
Para ler e aprender

Você já ouviu falar de João Cabral de Melo Neto? O que você conhece sobre sua vida e sua obra? Converse com os colegas e com o professor a respeito das informações que você tem. Aproveite e leia também o quadro da página ao lado.

Em seguida, preste atenção ao título do texto abaixo e à ilustração que o acompanha. Você já conhecia a expressão *morte e vida severina*? Sabe o que ela significa? Que cena a ilustração retrata? Que sensação ela provoca em você? Em que ambiente deve se passar a história contada no texto?

Apresente suas ideias aos colegas e ao professor sobre o texto que será lido e ouça a opinião deles. Depois, faça a leitura deste trecho da obra do escritor pernambucano.

Morte e vida severina
O retirante explica ao leitor quem é a que vai
 — O meu nome é Severino, não tenho outro de pia. Como há muitos Severinos, que é santo de romaria, deram então de me chamar Severino de Maria; como há muitos Severinos com mães chamadas Maria, fiquei sendo o da Maria do finado Zacarias. Mais isso ainda diz pouco: há muitos na freguesia, por causa de um coronel que se chamou Zacarias e que foi o mais antigo senhor desta sesmaria. Como então dizer quem fala ora a Vossas Senhorias? Vejamos: é o Severino da Maria do Zacarias, lá da serra da Costela, limites da Paraíba. Mas isso ainda diz pouco: se ao menos mais cinco havia



18

(Fonte: Aoki, 2013, p.18)

A escolha do poema de João Cabral retoma o tema da imigração nordestina por conta da seca e das condições materiais de vida no sertão nordestino. A tentativa inicial de criar interlocução com os leitores e leitoras marca o tom da apresentação do texto em formato de perguntas: “Você já ouviu falar de João Cabral de Melo Neto? O que você conhece sobre sua vida e sua obra?”. As perguntas reiteram a relação tradicional entre autor e obra. Na página seguinte é apresentado um quadro biográfico do poeta, o que nos faz refletir sobre a proposta de conversar com docente e colegas sobre informações pertinentes à vida de João Cabral de Melo Neto.

Em relação ao questionário sobre a compreensão do texto, a primeira pergunta procura relacionar o quadro de Guerreiro e a compreensão dos versos escolhidos, articulando imagem e texto. No entanto, essa articulação poderia ser realizada de forma mais pontual, sem que a proposta fosse somente uma conversa, mas explorando outros gêneros.

A oralidade possui força singular no início da unidade e também foi a forma adotada para abordar e refletir outra tela que retrata uma família de retirantes, trata-se de *Os retirantes*, Gontran Guanaes Netto:

UNIDADE 1 – Identidade e pluralidade

Para além do texto

Releia o texto anterior. Em seguida, observe com atenção a reprodução da tela *Os retirantes*, produzida pelo artista brasileiro Gontran Guanaes Netto em 1982. Leia também a biografia do artista e discuta com os colegas as questões a seguir.

Gontran Guanaes Netto, ►
Os retirantes (1982). Acrílico sobre tela, 200,5 x 200,5 cm. Museu de Arte Contemporânea de Val-de-Maine, França.



Para conhecer o contexto

Gontran Guanaes Netto

Gontran Guanaes Netto nasceu em Vera Cruz (SP), em 1933. Foi uma criança humilde da zona rural, com pouco acesso aos estudos. Tornou-se pintor, desenhista e professor. Quando jovem, iniciou um curso na escola de Belas Artes em São Paulo (SP), mas não finalizou os estudos. Em 1968, foi para a França, onde atuou como professor universitário e fundou, em 1980, o Espaço Cultural Latino-americano em Paris. Voltou ao Brasil em 1984.

Suas pinturas retratam principalmente o povo brasileiro, os latino-americanos e os mestiços. Entre seus principais trabalhos, destacam-se *Os retirantes* (1982), *O povo e a liberdade* (1989) e *Declaração Universal dos Direitos Humanos* (1989).

1 O que você achou dessa tela? O que mais chamou sua atenção?

2 Em sua opinião, por que essas pessoas foram retratadas de costas? O que elas estão carregando?

3 Que relação é possível estabelecer entre essa tela e o trecho de *Morte e vida severina* que você leu anteriormente?

21

(Fonte: Aoki, 2013, p.18)

O questionário sobre a tela de Gontran Guanaes Netto apresenta uma primeira pergunta subjetiva, no qual a respoderia poderia ser resultado da discussão em sala. As perguntas subsequentes exploram aspectos importantes para compreensão da obra de arte e sua relação com o tema trabalhado no capítulo. Além disso, houve a preocupação em relacionar a tela e o trecho do poema. Contudo, a primeira imagem de Gérson

Guerreiro e a própria imagem que ilustra o poema de João Cabral poderiam ser utilizados para elaborar questões relativas à representação do sertanejo.

Se não houve comparação entre as telas de Netto e Guerreiro, houve, nas questões de número 4 e 5, um exercício comparativo produtivo utilizando os versos iniciais do poema “A triste partida”, de Patativa do Assaré, a tela de Netto e o poema de João Cabral de Melo Neto. No entanto, seria possível, tanto acrescentar o poema inteiro, posto que o gênero a ser trabalhado será o gênero poético, quanto um quadro com a biografia de Patativa poderia ter sido apresentado, pois todos os autores mencionados contaram com um quadro contendo informações biográficas.

O ensino de literatura, orientado unicamente pelo uso do livro didático de língua portuguesa, apresenta desafios em termos de letramento literário, pois a seleção dos textos é sempre problemática e via de regra recorre ao fragmento, até mesmo por razões relacionadas à organização do livro, sua extensão e proposta editorial. Além disso, o fragmento é limitado, tornando o livro uma *colcha de retalhos* que reduz e enquadra autores e autoras. De acordo com Maria Amélia Dalvi há uma “decantação do literário e do poético” que estão associados à subjetividade e desarticulado com as próprias experiências da vida humana:

Contribuiria para isso, dentre outras coisas, a apresentação didático-conceitual da noção de autor, desentranhada de uma reflexão ampla a partir das próprias obras literária sem suas correlações sócio-histórico-culturais; e a leitura imanentista da literatura – o que atinge não só a educação estético-literária dos estudantes (e dos professores), como também a formação crítico-ideológico-política dos mesmos. A arte, assim, despedir-se-ia de sua possibilidade mais instigante - e a seleção de textos veiculada pelo livro didático de ensino médio [e também do ensino fundamental e outras modalidades de ensino] não passaria de uma colcha de retalhos mal cerzida, pálida cópia do discurso potente que se insubordina contra a categorização e o enquadramento. Essa apresentação, necessariamente interessada, conduziria a um enquadramento ou reducionismo dos autores e de suas obras e esvaziaria a produção de textos e de leituras de sua dimensão de atividade: na plenitude de sua correlação temporal, humana (DALVI, 2013, p.135).

Na análise, percebemos que há preocupação na diversificação das atividades envolvendo leitura, oralidade e produção escrita, apesar de estarem de acordo com as exigências do ensino de Língua Portuguesa, precisariam de melhor articulação entre os textos e as atividades. As propostas de leitura demandam a interação entre leitor, autor e texto, instigam o sujeito leitor a construir sentidos mobilizando seus conhecimentos linguísticos e experiências vividas. Além disso, tanto a atividade de leitura quanto a de produção escrita pressupõem que o estudante discuta com seus colegas suas opiniões

sobre a temática a ser abordada. Além da prática efetiva desse tipo de exercício em sala de aula, a proposta pedagógica da obra também inclui atividades que procuram incentivar os estudantes a realizar exercícios com gêneros orais como o debate, o diálogo e a exposição oral. (PNLD EJA 2014 p. 171).

4. CONCLUSÃO

Procurei investigar, neste estudo, a leitura literária feita em turmas de alfabetização na Educação de Jovens e Adultos de uma instituição de ensino em São Félix do Xingu-PA. Busquei um aprofundamento do tema tendo como contraponto os olhares dos alunos e dos Professores, mas não foi possível conversar com os alunos, devido as atividades escolares estarem suspensas por tempo indeterminado devido a Pandemia do COVID 19. Mas com a contribuição da Professora Lídia, foi possível colher alguns dados.

Utilizei Paulo Freire, Magda Soares e Cosson, como principais autores para nortear o referencial teórico desse material.

Como vimos, os índices de analfabetismo no Brasil revelam uma história marcada pela exclusão e pelo abismo social existente entre as camadas sociais populares e as mais privilegiadas. Revelam, ainda, desigualdades que precisam ser enfrentadas, que são as que têm relação com os rendimentos mensais familiares e entre as populações branca e negra do país.

Nessa história de luta e de resistência, a EJA apresentou avanços importantes para sua consolidação e organização. Foi relatado uma revisão bibliográfica contendo estudos sobre letramento e leitura literária na EJA e o reconhecimento de que esses alunos são sujeitos de direitos, ativos e capazes de fazerem uso da leitura literária.

Mas juntamente com a garantia da escolarização está a necessidade de formação de docentes, para que possa consolidar uma formação de docentes para a EJA, visto que este profissional precisa de uma formação teórica sólida e que fomente sua prática educativa.

A concepção freireana de alfabetização também é significativa para este trabalho porque considera que a alfabetização é, para além do domínio de uma tecnologia, um ato de conhecimento e criação. Sendo assim, a leitura do mundo antecede a leitura da palavra e, assim, a leitura da palavra não pode prescindir da leitura do mundo. Assim, a alfabetização e o letramento devem ocorrer de maneira que a apropriação da palavra escrita se dê paralelamente à leitura do mundo e às novas formas de expressão dessa leitura.

No que diz respeito ao letramento escolar, afirmamos que, na escola, são os critérios pedagógicos que influenciam os eventos e as práticas de letramento a serem

planejados e propostos com vistas a uma atividade. Esses eventos e práticas são, desta forma, escolarizados e a eles são atribuídas características próprias para aquele contexto. Teóricos como Soares, Cosson, reforçam o que sustentamos a respeito da importância da leitura e da leitura literária, demonstrando que a literatura amplia e torna mais pura a capacidade do homem, contribuindo para uma educação que proporciona reflexão sobre nossa condição essencial e íntima.

Assim, o trabalho com o letramento na EJA exige a compreensão da alfabetização e do letramento como um ato político. Foi abordado a questão do Livro Didático, como peça principal para o ensino aprendizagem do grupo em questão, mas ressaltando a importância também de uma reciclagem por partes dos ministrantes, para que não tenha uma acomodação na metodologia de ensino, a qual vive em constante mutação.

O aprofundamento do tema torna-se necessário, para problematizar e discutir as questões educacionais relativas à EJA no âmbito da leitura literária e da formação de leitores. Espero que essa pesquisa possa contribuir, ainda, para a discussão da necessidade de implementar mais políticas públicas de leitura, assim como para o incentivo das práticas de leitura literária nos cursos de EJA.

REFERÊNCIAS

BARREYRO, G.B. O programa alfabetização solidária: terceirização no contexto da reforma do estado. 2010.

BOTELHO, L.S. *Letramento literário: teoria e prática*. Juiz de fora, 2011.

BRASIL, Parâmetros Curriculares Nacionais. Língua portuguesa, v.2. Brasília, Secretaria de Educação fundamental, 1997.

Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. *Guia dos Livros Didáticos do PNLDEJA 2014* / Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. – Natal: EDUFRRN, 2014.

CORSO, A. M.; ALMEIDA, A. *A Educação de jovens e adultos: Aspectos históricos e Sociais*. In: XII Congresso Nacional de Educação, EDUCERE, 2015, Curitiba. 2021.

COSSON, R. A literatura em todo lugar. In: *Círculos de Leitura e Letramento Literário*. São Paulo: Contexto, 2014a.

COSSON, Rildo. *Letramento Literário: teoria e prática*. São Paulo: Contexto, 2006.

CURY, Carlos Alberto Jamil. *A EJA como direito: Diretrizes curriculares Nacionais e proposta político-pedagógica*

DALVI, Maria Amélia. *Literatura na Educação Básica: Propostas, concepções, práticas*. Cadernos de Pesquisa em Educação PGE/UFES, v. 38, p. 123-140, 2013.

DI PIERRO, Maria Clara; JOIA, Orlandi; RIBEIRO, Vera Masagão. *Visões da educação de jovens e adultos no Brasil*. Cadernos CEDES, ano XXI, n. 49, nov. 2001.

EJA Moderna: *Educação de Jovens e Adultos*/ organizadora Editora Moderna: Obra coletiva concebida, desenvolvida e produzida pela Editora Moderna: editora responsável: Virgínia Aoki. - .ed- São Paulo: Moderna, 2013.

EJA: Educação de jovens e adultos, um breve histórico. *Pedagogia ao Pé da Letra*, 2013.

FÉLIX, Chrisley Soares. *A Coleção Literatura para todos*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2009.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*: Paz e Terra; 1996.

FREITAG, Bárbara (org.). *O livro didático em Questão*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 1997.

GADOTTI, Moacir. *Alfabetizar e Politizar. Angicos, 50 anos depois*. Foro de Educación, vol. 12, núm. 16, enero-junio, 2014, pp. 51-70, Cabrerizos, España.

HADDAD, S. *a participação da sociedade civil brasileira na educação de jovens e adultos e na CONFINTEA VI*. 2009.

HADDAD, Sergio; DI PIERRO, Maria. *Escolarização de Jovens e Adultos*. *Revista Brasileira de Educação*, maio/ago, n.14, 2001.

IBGE. *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – 2020*

JORGE, Gláucia Maria dos Santos. *Letramento escolar e não escolar na Educação de Jovens e Adultos: um estudo de caso de orientação etnográfica*. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2009.

LAJOLO, M. E ZILBERMAN, R. *A formação da leitura no Brasil*. São Paulo: Ática, 1999.

MOBRAL. Documento Básico. Rio de Janeiro, 1975.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. *Educação e Letramento*. São Paulo: Unesp, 2004.

NASCIMENTO, S.M. *Educação de jovens e adultos EJA, na visão de Paulo Freire*. PARANAÍ-PRANÁ. 2013.

NEIVA, D.A. *Letramento literário e os sujeitos da EJA: práticas, eventos e significados atribuídos*. 2010.

PAIVA, Jane. *Literatura e neoleitores jovens e adultos- encontros possíveis no currículo?* In PAIVA, Aparecida et al (org). *Literatura e letramento: espaços, suportes e interfaces. O jogo do livro*. Belo Horizonte: Autentica, p.111-126, 2006.

PRADO, Mariana Lemos do Prado. *Educação de jovens e adultos: um estudo acerca dos princípios políticos que conduziram a proposta educacional do Movimento Brasileiro de Educação – MOBRAL (1967 – 1985)*. Cadernos de História da Educação, v. 18, n.3, p. 817- 832, set./dez. 2019.

QUEIROZ, Ana Maria de. Livro Didático na EJA: *Concepções de professores e alunos no cotidiano escolar*. Lisboa .2012.

SANTOS,J.R.O, YAMAKAWA,I.A. *A leitura e o letramento literário em perspectiva: discutindo abordagens, matizando conceitos*. REVISTA X, Curitiba, volume 12, n. 3, p. 84 - 101, 2017.

SILVA, S.M. *Letramento literário: formação de leitores na educação de jovens e adultos do ensino fundamental fase I*. Jacarezinho.2016.

SOARES, Magda. *Boletim da ABRALIN, nº 25*. Atas do I Congresso Nacional da ABRALIN.

SOARES, Magda. *Letramento na Cibercultura*. Educ. Soc., Campinas, vol. 23, n. 81, p. 143- 160, dez. 2002.

SOARES, Magda. *Letramento: um tema em três gêneros*. 2º. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

VIEIRA, H.F.S.C. *Letramento literário – um caminho possível* . Revista Arredia, Dourados, MS, Editora UFGD, v.4, n.7: 117-126, jul./dez. 2015 .

ZABALA, Antoni. *A prática educativa: como ensinar*. trad. Ernani F. da F. Rosa. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

ANEXO 1

QUESTIONÁRIO ENVIADO POR E-MAIL (DEVIDO AO MOMENTO DE PANDEMIA), DIRECIONADO A UMA PROFESSORA QUE JÁ TRABALHOU NA EJA .

1. Seu Nome, Formação e quanto tempo leciona?

L. de M. C. -formada em Pedagogia pela faculdade UNOPAR e Pós graduada em Educação Especial Inclusiva. Ministro aula a 10 anos no município de São Félix do Xingu-PA

2. Qual a etapa de ensino que você lecionou?

1º ano do Ensino Médio – EDUCAÇÃO de JOVENS e ADULTOS – EJA

3. Como Professora da EJA, como você os descreve os alunos?

Sabemos que os alunos da EJA são sujeitos que por algum motivo não concluíram ou até mesmo não deram início ao ensino fundamental e médio na idade adequada, geralmente são pessoas de classes menos favorecidas.

4. O aluno analfabeto funcional Analfabeto Funcional?

O aluno analfabeto funcional é aquele que não consegue “sobreviver” bem diante de um texto. Isso acontece, porque ele apresenta dificuldades acentuadas não exatamente no processo de decodificação dos signos linguísticos, mas principalmente no processo de assimilação do sentido do que lê. Sentenças maiores, que exijam dele maior habilidade vocabular e associação desse vocabulário com seus respectivos significados, são os maiores desafios para analfabeto funcional. Com efeito, ele se constrange e o “medo” de se expor faz com que ele bloqueie mais ainda o processo, o que compromete seu desenvolvimento cognitivo e intelectual.

5. Quais são as maiores dificuldades destes alunos no processo de aprendizagem?

De ordem emocional, percebo que é superar o medo para livrar-se da sensação de que não conseguem aprender; de ordem cognitiva, é a falta de pré-requisito para aprender o conteúdo da vez. Nos dois casos, é histórico de vida social que o tirou da

escola no tempo certo para “sobreviver” que faz com que essas pessoas passem a ter mais limitações do que de fato têm no processo de desenvolvimento acadêmico.

6. Quais estratégias você utiliza para ajudar os alunos a superar as dificuldades?

Primeiro, dou-lhe muita atenção e demonstro meu respeito por eles. Assim, constantemente, insisto no discurso de que eles têm condições, sim. É o exercício do resgate da autoestima com a seguinte “tese”: conseguir se desenvolver é só uma questão de foco e empenho de fato. Depois, procuro trabalhar situações-problema de ordem prática que possam, principalmente, contribuir para o desempenho de letramento lingüístico e acadêmico. Faço isso com muito exercício, criando situações de uso prático tanto na fala quanto na escrita. Corrijo constantemente tudo que produzem e como critério de desempenho, eles sempre têm de refazer o que pode ser melhorado.

7. Quais as maiores dificuldades de lidar com as defasagens de ensino na EJA?

Primeiro, a falta de estrutura do próprio sistema, depois do próprio aluno. Por isso é constante a necessidade de se direcionar todo o processo de ensino do conteúdo para o que seja, realmente, significativo. A disciplina Códigos e linguagens, em EJA, tem de ser, de fato, uma oportunidade de desenvolvimento da fala e da escrita.

8. Os alunos da EJA em sua opinião ainda podem ser inserido na sociedade atual sem preconceitos?

com certeza, ele pode ser inserido na sociedade, mas é fato que, sem preconceito, infelizmente, isso não é possível. por isso, acredito que o papel do professor de eja é, sobretudo, social, pois este aspecto tem de ser trabalhado com o aluno para que saiba se defender de situações que possa vivenciar neste aspecto.

9. Quais estratégias que um educador tem que usar para ajudar a sanar as dificuldades de um analfabeto funcional?

Estratégias que oportunizem sentido, a prática de seu desenvolvimento cognitivo, emocional e social.

10. Qual mensagem você deixaria para os futuros Professores que terão que enfrentar a realidade do Analfabetismo Funcional em sua prática?

O Professor que enfrentará essa realidade deve preparar-se bastante. Estudar essa realidade, informar-se, atualizar-se em estratégias de ensino, em procedimentos diversificados para atuar com mais consciência e eficiência. Mas deve, sobretudo, respeitar muito o aluno com essas limitações. É de fundamental importância ressaltar que a EJA é um programa que deu certo. Pois tem possibilitado aos educandos jovens, adultos e idosos nas práticas escolares, garantindo-lhes o acesso aos saberes em suas diferentes linguagens, intimamente articulando com suas necessidades, expectativas e trajetórias de vida. Portanto, a escola tem procurado superar o ensino. Nosso maior dilema no cotidiano escolar é vencer o desafio de despertar em nossos alunos uma motivação para seguirem em frente, mostrando a existência de pessoas que buscam melhorias para suas vidas, levando - os a acreditarem que a educação é a melhor escolha e saída para uma vida digna.”

Professora L. de M. C. 07/04/2021

ANEXO 2

Recomendações dos PCNs para o tratamento didático da leitura:

- Trabalho com a diversidade de textos e as combinações entre eles,
- Diversidade de objetivos e as modalidades que caracterizam a leitura, ou seja, os diferentes “para quês”- resolver um problema prático, informar-se, divertir-se, estudar, escrever ou revisar o próprio texto,
- Diferentes formas de leitura em função de diferentes gêneros: ler buscando as informações relevantes ou o significado implícito nas entrelinhas,
- Oferecimento de materiais de qualidade, de modelos de leitores proficientes e de práticas de leitura eficazes;
- Oferecimento de textos do mundo (importante estratégia didática para a prática de leitura, pois sem eles não se formam leitores competentes).

Recomendações dos PCNs para o aprendizado inicial da leitura:

- Oferecimento de oportunidades para aprender a ler valendo-se dos procedimentos que os bons leitores utilizam: antecipação, inferências, contextualização, conhecimento prévio do mundo, suposições; possibilitar aos alunos defrontação com textos verdadeiros (originais).
- Levar o aluno a aprender a ler pela prática de leitura com a intervenção do Professor na situação de parceiro.
- Realizar agrupamento (heterogêneo) dos alunos de forma a favorecer a circulação entre eles; a heterogeneidade do grupo dever ser um instrumento a serviço da troca e colaboração,
- Promover a interação com a diversidade de textos escritos, observando a utilização que os leitores fazem deles.
- Realizar atos de leitura de fato, negociando o conhecimento que já se tem e o que é apresentado pelo texto, o que está atrás e diante dos olhos, recebendo ajuda de leitores experientes;
- Desenvolver as atividades de leitura como prática social, ler é resposta a um objetivo, a uma necessidade pessoal; a prática constante da leitura pressupõe um trabalho com diversidade de objetivos, modalidades e textos que caracterizam as

práticas de leitura de fato.

- Exemplificar modalidades de leitura: há textos que podem ser lidos por partes, outros que precisam ser lidos exaustivamente e várias vezes. Há textos que podem ser lidos rapidamente, outros devagar;
- Identificar a construção do significado do texto pelo esforço da interpretação do leitor a partir não só do que está escrito mas também do conhecimento que se traz para o texto;
- Motivar e mobilizar internamente os alunos (motivá-los a achar que a leitura é algo interessante e desafiador e que precisa ser conquistado plenamente para se alcançar autonomia e independência, pois aprender a ler (e ler para aprender) requer esforço).

Recomendações dos PCNs de propostas didáticas orientadas especificamente para formar leitores: leitura diária.

A leitura pode ser realizada de forma silenciosa, individualmente, ou em voz alta, sendo que todos os três métodos são eficazes aos alunos.

Sugestão de atividades:

a) Leitura colaborativa (durante a leitura o professor questiona os alunos sobre as pistas linguísticas, as diferenciações entre a realidade e a ficção, a interpretação do sentido figurado; esses são alguns dos aspectos dos conteúdos relacionados com a compreensão de textos que possibilitam a compreensão crítica;

b) Projetos de leitura (podem ser de alguns dias ou de alguns meses, permitem dispor do tempo de forma flexível, expressam-se num produto final em função do qual todos trabalham);

c) Atividades sequenciadas de leitura (pode-se eleger um gênero específico, um determinado autor ou um tema de interesse);

d) Atividades permanente de leitura (situações didáticas propostas com regularidade para a formação de atitudes favoráveis em relação à leitura – hora de histórias, curiosidades científicas, notícias etc.; destaque para “Roda de Leitores”, atividade em que o aluno, a partir de um livro tomado emprestado na escola e lido previamente em casa relata impressões, comenta o que gostou ou não, o que pensou, sugere outros títulos do mesmo autor ou conta uma pequena parte da história);

e) Leitura realizada pelo Professor (a leitura compartilhada de livros em capítulos possibilita aos alunos o acesso a textos bastante longos ou difíceis e a leitura em voz alta).